

NACIONAL + pag/4

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO
E AMPLIAÇÃO DE RIQUEZA
NAS MÃOS DOS CAPITALISTAS**

MOVIMENTOS + pag/9

**SÓ COM OS MÉTODOS DA AÇÃO
DIRETA É POSSÍVEL IMPEDIR AS
PRIVATIZAÇÕES NO ESTADO DE SP**

INTERNACIONAL + pag/28

**ALGUNS DADOS DA ECONOMIA
RUSSA MESMO APÓS
UM ANO DE GUERRA**

Aumenta a violência reacionária capitalista sobre as massas

***Organizar um movimento nacional de luta
pelas reivindicações, com base na luta de
classes, com real independência de classe,
para derrotar os governos e os capitalistas!***

USP + pag/20

**O QUE LEVOU À
GREVE GERAL DA USP**

SINDICAL + pag/15 a 19

BALANÇOS DO:
• XXVII Congresso da Apeoesp
• V Congresso da Conlutas

INTERNACIONAL - EUA



**Tendências grevistas
na classe operária abrem
um novo período da luta
de classes na maior
potência imperialista**

+ pag/32

**O FUTURO DA CHINA ESTÁ NO
PROGRAMA DA REVOLUÇÃO POLÍTICA**

+ pag/30

Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!

Aumenta a violência reacionária capitalista sobre as massas

É preciso organizar um movimento nacional de luta pelas reivindicações, com base na luta de classes, com real independência de classe, para derrotar os governos e os capitalistas!

Somente em setembro, a polícia baiana matou 59 pessoas e prendeu algumas dezenas. A Operação Escudo, na Baixada Santista, já tinha matado 28 pessoas e prendido mais de 900, até o início de setembro. 60% das mortes não foram gravadas pelas câmeras de segurança que os policiais deveriam usar. Foram dezenas de mortos pela polícia no Rio de Janeiro, desde agosto, nas comunidades da Penha, da Rocinha, etc., que se juntam às mais de mil mortes dos últimos cinco anos. Os moradores dos bairros pobres denunciam os abusos policiais, que matam pessoas em suas camas, uma verdadeira execução. Que assediam moradores, até mesmo as crianças.

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que não será obrigatório o uso de câmeras por policiais. Deve ser seguido nessa decisão por outros tribunais dos demais estados. É um claro sinal aos policiais para que aumentem os assassinatos e a violência, matem o quanto puderem, e de que ficarão impunes, pois não serão gravados, o que dirá julgados. A Justiça burguesa protege seus cães de guarda para que levem aos bairros pobres a violência reacionária.

Dentre os alvos policiais, estão muitas vezes traficantes de drogas, o que indica que a disputa pelo mercado, entre o PCC, as milícias, o CV carioca e as demais organizações está acirrada. Com diferentes partidos no comando dos Estados, a polícia segue o mesmo protocolo, o que mostra que as ordens de execução e as prisões em massa são seguidas pelos governos estaduais de esquerda ou direita. As frações criminosas da burguesia, que de fato comandam o narcotráfico, o contrabando e o roubo, disputam entre si o controle de áreas de atuação, e jogam a polícia, que tem dentro de suas corporações assalariados do crime organizado, contra seus rivais e contra as massas empobrecidas em geral. A democracia burguesa e suas instituições – assim como os chamados “direitos humanos” – não são capazes de conter essa ação, ao contrário, acabam avalizando a repressão, que é oriunda do Estado.

A violência também se manifesta no abandono da maioria nacional às “tragédias naturais”. As chuvas intensas, tufões e tempestades castigam o Sul do país. Os principais rios do Rio Grande do Sul subiram muitos metros, e esmagaram suas margens como uma bomba de grande porte. O vale do Taquari teve muitos mortos e perdas. A cidade de Roca Sales foi engolida pelas águas. O Guaíba invadiu Porto Alegre, e matou uma mulher. No Amazonas, a seca tem esvaziado os rios e deixado comunidades sem comunicação e suporte, pois dependem da navegação para a chegada de insumos às cidades. A morte de peixes e de botos também afeta todo o

meio ambiente, além da pesca.

O capitalismo vive sua fase imperialista, de decomposição. A concorrência pelo mercado mundial levou as potências a despejarem uma quantidade impensável de poluentes na atmosfera, na terra, nos rios e nos mares, que destruiu grande parte da camada de ozônio e criou o efeito estufa. O aquecimento global já não é mais parte de uma previsão, está acontecendo. Os oceanos estão mais quentes e elevando seus níveis. Isso gera calor extremo e chuvas mais intensas e em maior quantidade, além de potenciar as tempestades, tufões, furacões e tornados. As tempestades de neve também se tor-

A necessidade de sustentar o parasitismo financeiro e subsidiar os capitalistas para assegurar os lucros artificialmente, diante da crise econômica mundial, obriga os governos a cortarem os gastos públicos. Não há investimento na proteção da população assalariada diante das ameaças e catástrofes climáticas. Somente se protegem os capitalistas e seus ganhos.

nam mais fortes, nas regiões do planeta em que ocorrem. A burguesia em geral vive em áreas mais protegidas, mas que começam a ser também afetadas. Mas tem seus meios de prever as catástrofes e se proteger, usando de todos os recursos do Estado. Os efeitos devastadores das mudanças climáticas acabam recaendo principalmente sobre as massas mais empobrecidas, que vivem nas áreas de risco, e que não são avisadas das calamidades que podem ser previstas. E que não têm a proteção do Estado para se defenderem.

No Rio Grande do Sul, o orçamento da defesa civil foi cortado em 25% este ano. As previsões de fortes chuvas não foram levadas às áreas que seriam atingidas. Repetiu-se, com suas particularidades, a catástrofe social que assolou o Litoral Norte de São Paulo no início deste ano.

A necessidade de sustentar o parasitismo financeiro e subsidiar os capitalistas para assegurar os lucros artificialmente, diante da crise econômica mundial, obriga os governos a cortarem os gastos públicos. Não há investimento na proteção da população assalariada diante das ameaças e das catástrofes climáticas. Somente se protegem os capitalistas e seus ganhos. Enquanto o Supremo Tribunal Federal busca um meio termo entre a abolição das demarcações por meio do Marco Temporal e a garantia dos lucros dos capitalistas que ocupam as terras indígenas, o Senado encaminha a aprovação da lei que vai impor esse Marco Temporal. A disputa por trás do choque entre o parlamento e a justiça burguesas é entre o agronegócio e as pressões do imperialismo, que pretendem usar as áreas indígenas como reserva de recursos, de modo que a exploração da Amazônia se dê num futuro próximo, e não agora.

A proteção da natureza não será feita por nenhum governo burguês. As lutas de indígenas, camponeses e moradores pelas reivindicações que se chocam com a destruição ambiental, não têm como avançar por meio das instituições da democracia burguesa, que está em decadência, por conta da

desintegração de suas bases econômicas. O uso dos métodos próprios da luta de classes permite enfrentar os capitalistas e seus governos, e dar passos no sentido da revolução socialista. Abolindo a grande propriedade privada dos meios de produção e estabelecendo a produção planejada de acordo com as necessidades das massas, e não do lucro dos capitalistas, será possível concentrar toda a exploração necessária à sobrevivência humana em áreas restritas, e permitir à natureza recompor-se, a partir da eliminação, na maior parte da área do planeta, da ação capitalista destruidora.

O capitalismo decadente se volta a abocanhar setores estatais e uma parte dos salários diretos e indiretos para preservar seus lucros, e isso leva ao agravamento da opressão social.

Assim, as privatizações têm sido preparadas em várias áreas, e se destacam o saneamento básico (Sabesp, em São Paulo), transportes (Metrô, trens). Essas privatizações servem para remunerar o capital financeiro, que as adquire, explora economicamente sem nenhuma preocupação com as necessidades das massas ou a prestação de serviços, e depois podem devolvê-las ao Estado e partir com os bolsos cheios. E só têm como resposta um plebiscito passivo e voltado ao parlamento, organizado por parte da esquerda, e um dia de paralisação simbólica.

No Brasil, o desemprego geral caiu, mas cresceu o número de trabalhadores sem carteira assinada. Só agora, no final do segundo trimestre de 2023, que o rendimento médio dos trabalhadores alcançou os valores de 2019, revelando o histórico rebaixamento salarial. A precarização aumenta a cada dia, o que significa corte de direitos, que são salários indiretos. Esses direitos não pagos vão para os bolsos dos capitalistas, e deixam de sustentar a comida, a moradia, o transporte, a medicação, as contas dos explorados. A precarização do trabalho, aplicada em larga escala na produção, tem sido levada aos demais setores, dentre eles o funcionalismo e os professores. Como parte do conjunto de assalariados disponíveis, sofrem com as pressões capitalistas pela redução geral do valor da força de trabalho.

A inflação no Brasil subiu aos 5% ao ano, por conta dos aumentos sucessivos nos preços dos combustíveis, principalmente. Alguns alimentos tiveram baixa de preços, como carnes e leite, mas grande parte da cesta básica ainda está com preços bem elevados. Os salários não têm sido repostos quanto ao desgaste pela inflação, especialmente por conta da anulação das campanhas salariais pelas direções sindicais.

Congressos sindicais são organizados à margem das massas, com o objetivo de fortalecer o governismo, aumentar a centralização político-burocrática, e preparar o terreno para a disputa eleitoral de 2024. Não comparecem nesses congressos a política revolucionária do proletariado, nem as pressões da luta de classes. Sob o pretexto do “combate à extrema direita”, subordina-se a luta pelas reivindicações à disputa nas urnas. Na verdade, essa política é ainda pior que aquela da unidade “nas lutas e nas urnas”, pois é a subordinação de uma à outra. E não se pode esconder a conduta das direções com uma suposta desmobilização das bases, pois as 558 greves realizadas no 1º semestre deste ano a desnudam.

A ausência de uma direção revolucionária, organizada em frações do proletariado e das massas, retarda e dificulta as respostas dos explorados às contradições impostas pelo capitalismo em decomposição.

E isso ocorre não apenas no Brasil. Nos Estados Unidos, a maior greve geral e nacional dos operários das montadoras de veículos, por conta da ausência da independência de

classe, ainda pôde ser capitalizada eleitoralmente pelo governo Biden. Na Grécia, os sindicatos e centrais fizeram greve por 24 horas contra a atualização da Reforma Trabalhista, aprovada recentemente no Parlamento, que destrói direitos e impõe o rebaixamento dos salários, além de projetar a terceirização e precarização do trabalho para todas as atividades econômicas. Na República Tcheca, dezenas de milhares foram às ruas protestar contra o governo e a OTAN, exigindo a suspensão dos gastos militares de apoio à Ucrânia contra a Rússia, mas o fizeram sob a convocação de uma organização nacionalista reacionária. A tendência das massas, que já tinha se manifestado nas ações massivas na França, vai se espalhando pela Europa. Mas as esquerdas estão mergulhadas politicamente no campo da política imperialista, sob argumentos democratizantes, e rechaçam a defesa da vida das massas, esmagadas ainda mais pelos gastos militares de seus governos, que prometem ampliar os orçamentos militares em centenas de bilhões de dólares.

A construção de uma direção proletária revolucionária mundial se encontra esmagada pela prostração das esquerdas à democracia burguesa e pelo negacionismo quanto à necessária defesa das conquistas das revoluções proletárias. Mas as massas continuam respondendo como podem ao aumento da opressão nacional e social em toda parte, e a luta de classes se projeta no mundo todo. Isso, enquanto as democracias burguesas se estreitam, condecoram um ex-oficial ucraniano nazista (parlamento do Canadá), e governos entreguistas têm de ser removidos, sob a alternativa de levante dos explorados, como em parte da África. Os golpes substituem regimes pró-imperialistas esgotados por governos burgueses, que arrastam as massas revoltadas atrás de si. A ausência de uma direção com independência de classe permite que as frações da classe dominante joguem com a disputa entre o imperialismo e o bloco China/Rússia para se manterem no poder.

É sobre a base do socialismo científico, do programa da revolução proletária, que será possível retornar à construção de um partido mundial da revolução socialista, para que os explorados possam superar o capitalismo decomposto com o menor gasto de forças e mais rapidamente. ●

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquira com nossos militantes!

Dados econômicos do Brasil do último trimestre: *desindustrialização e ampliação de riqueza nas mãos dos capitalistas*

O setor de serviços, o mercado interno só mantém algum crescimento a custa de políticas governamentais (como o subsídio circunstancial para o compra de bens duráveis, como automóveis) ou por endividamento da população e de setores industriais menores. Assim, cresce ampliando, a longo prazo, a crise interna. A riqueza do agronegócio e da indústria extrativista ocorre ao mesmo tempo que amplia a miséria nacional.

Os dados do segundo trimestre de 2023 já foram divulgados. Segundo o IPEA, o segundo trimestre acumulou alta de 0,9% em relação ao primeiro, que já havia crescido 1,8%. O resultado dos quatro últimos trimestres, agosto/2022 a julho/2023, mostra um crescimento do PIB no valor de 3,2%.

Este crescimento que também se materializa no aumento do orçamento federal confirma a tendência histórica da desindustrialização da economia e do peso do agronegócio. Portanto, se materializa em maior dependência da venda das commodities e na ampliação do desemprego estrutural no país, já que o setor do agronegócio emprega menos que a indústria e os serviços.

De modo geral, o bom desempenho se deu em função das atividades da agropecuária e da indústria extrativa, enquanto os investimentos produtivos na indústria continuam em queda, com uma contribuição negativa para a composição do PIB. De fato, o crescimento do setor da agropecuária cresceu 17% na comparação interanual: soja, milho, algodão e café cresceram na produção e na venda. Apenas, a soja aumentou 25% o seu papel na composição do PIB em comparação aos quatro trimestres anteriores a este. Quando olhamos os serviços, o crescimento é bem mais modesto.

Aumentou 0,6% no último trimestre e 2,3% em relação aos quatro trimestres anteriores a agosto de 2022. Mais especificamente, os setores dos serviços que mais cresceram estiveram ligados a transporte, armazenagem e correio, segundo o IPEA, o que está diretamente vinculado ao escoamento da produção agropecuária (com destaque para a soja).

Embora os investimentos na indústria, com a participação da indústria da transformação e de bens de capitais, continuem estagnados e em queda, o conjunto do setor industrial teve um ligeiro aumento, de 0,9% no último trimestre e 1,5% no último ano. No “setor industrial” os dados do governo, reunidos pelo IPEA, trazem resultado de ramos ligados à indústria extrativista, em que se extraem matérias-primas, como os metais, e se produzem produtos sem elaboração ou semielaboradas (como os derivados do petróleo). Aí, quando se fala da indústria extrativista, vemos aumento pelo quinto trimestre consecutivo, com aumento de 1,8%, em termos interanuais. A indústria manufatureira, de produtos elaborados pelas fábricas, teve um leve aumento, de 0,3%, depois de três sucessivas quedas nos trimestres. Essas mudanças na composição do PIB assinala um maior retrocesso das forças produtivas internas que alavanca o atraso semicolonial.

Outro dado que mostra como os dados de crescimento do PIB reforçam o caráter semicolonial do país, de exportador de matérias-primas e alimentos, é o da exportação. Houve um significativo aumento de exportações de produtos agropecuários, extrativa mineral e alimentos, com crescimento de 12,1% sobre o intervalo interanual anterior.

O consumo das famílias cresceu 3% nos quatro trimestres. No entanto, cresce o nível de endividamento das famílias. No final do primeiro trimestre deste ano, já estava em 78,3% das

famílias brasileiras. Ainda que o rendimento médio do trabalho tenha aumentado 6,2% no segundo trimestre, só agora atingiu o patamar de 2019: R\$ 2924,00 em julho de 2023 contra R\$ 2904,00 em julho de 2019. Ou seja, embora o PIB crescido nos últimos anos, tem se apoiado na exportação de matérias-primas e alimentos e as riquezas acrescidas não voltam em forma de salários para os trabalhados assalariados, produzindo salários e rendimento mais baixos e endividamento geral. O setor de serviços, o mercado interno só mantém algum crescimento a custa de políticas governamentais (como o subsídio circunstancial para o compra de bens duráveis, como automóveis) ou por endividamento da população e de setores industriais menores. Assim, cresce ampliando, a longo prazo, a crise interna. A riqueza do agronegócio e da indústria extrativista ocorre ao mesmo tempo que amplia a miséria nacional.

Por fim, confirmando a desindustrialização, os dados sobre os investimentos na formação bruta de capital fixo (FBCF), que servem para compra de bens de capital, registrou avanço de 0,1% no último trimestre (estagnação, portanto), e queda de 2,6% na comparação interanual. O percentual de investimento interno na formação de capital têm apresentado queda sucessivas. No primeiro trimestre, estava em 17,7% do PIB; no segundo, caiu para 17,2%. Esteve em 19,6% no terceiro trimestre de 2022. Assim como a taxa de poupança interna do país só têm caído desde 2019, quando estava em 21,4% e hoje está em 16,9%. Em suma: o crescimento do PIB não revela uma tendência de “desenvolvimento” do país, mas de concentração de riqueza em um setor capitalista (o ligado ao agronegócio e ao extrativismo), necessidade de intervenção do Estado para artificialmente impulsionar o consumo interno, e, também por isso, endividamento geral da população e dos próprios governos. ●

Lucros dos grandes bancos privados crescem, enquanto os salários e direitos dos trabalhadores retrocedem

Os três principais bancos privados do país obtiveram um “lucro líquido” (descontados gastos em capital, despesas em dividendos e Juros sobre Capital Próprio/JCP) de R\$ 30,499 bilhões, no primeiro semestre deste ano: o Itaú lucrou R\$ 17,2 bilhões (+14,2% em relação ao ano passado); o Bradesco, R\$ 8,8 bilhões (-36,5%); e o Santander, R\$ 4,45 bilhões (-45%). As “quedas” nestes dois últimos não significaram, necessariamente, perdas aos grandes capitalistas que controlam ambos os bancos. Em parte, trata-se de simples “ajustes contábeis” que ajustam as expectativas de “retornos lucrativos” no começo das operações, ao que finalmente é registrado como lucros líquidos. De outro lado, quando se trata de índices que refletem a retração no número e volume dos créditos, ou inadimplência dos devedores, por exemplo, são compensadas com os lucros realizados em outros países, via concentração bancária, taxa de juros, aumento e extensão de créditos, etc. Um exemplo é o Santander: no Brasil, representa 15,7% do lucro total do banco, que foi de 5,241 bilhões de euros, em 2022 (crescimento de 7,1%).

O que importa saber é que esses lucros tiveram por base material a “reestruturação” aplicada pelos grandes bancos, com a introdução de novas tecnologias, redução de empregos, rebaixamento salarial, fechamento de agências e terceirização de serviços. Perderam-se 5 mil empregos no setor. O Itaú tinha 88.078 empregados, abriu 375 novos postos neste ano e, ao mesmo tempo, demitia 1.419, devido às “inovações” em tecnologias da informação (TI), e fechava 152 agências “físicas”, enquanto abria 72 “virtuais”, tendo atualmente 2.639 agências “físicas” e 427 “digitais”. O Bradesco eliminou 2.845 empregos em um ano, e fechou 139 agências “físicas”, 316 Postos de Atendimento Bancário (PABs) e 245 “unidades de negócios”. O Santander fechou 145 unidades (102 agências e 43 PABs). Os três bancos, todavia, viram crescer sua base de clientes no mesmo período. As áreas mais afetadas com a perda de empregos foram a bancária/financeira (-3.385 vagas), a administrativa (-1.329 vagas) e o atendimento ao público (299). Houve saldo positivo apenas em serviços financeiros (créditos, cartões de crédito etc.), contabilizando 1.714 novos postos. Enquanto que, no que diz respeito ao salário mensal, a média dos novos contratos é de R\$ 6.308,16, contra R\$ 7.469,81 dos demitidos, cessantes ou aposentados: -15,86% a menos.

A aplicação de TI e AI cresceu exponencialmente entre os cinco principais bancos do país (Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander), que movimen-

tam R\$ 4 de cada R\$ 5 do país (80% do total). Os investimentos em “tecnologia digital” em tarefas administrativas e contábeis atingiram 40% das transações bancárias, e o “pagamento de contas” chega a 90%. Esse processo levou ainda ao crescimento na terceirização dos serviços, com as chamadas “agências digitais” (via chat, e-mail, videoconferência etc.). Essa “tecnificação” se reflete ainda no aumento das operações realizadas pelos assalariados durante a mesma jornada de trabalho. É a isso que se chama “reestruturação”, na linguagem dos capitalistas. Na linguagem do assalariado, significa enriquecimento daqueles à custa da exploração assalariada e destruição de direitos, ou seja, de seu empobrecimento e precarização.

Enquanto isso se passa, as direções sindicais não organizam a luta grevista, unificada e nacional, para evitar o retrocesso dos salários, a destruição de direitos trabalhistas e a perda de empregos. Estão mais preocupados em servir de fantoches no pedido da redução das taxas de juros, que um setor dos capitalistas industriais e comerciais defendem, visando a preservar diretamente em suas mãos uma maior quota da

mais-valia arrancada do proletariado à custa da redução dos lucros bancários. E ainda “festejam” o miserável aumento de 4,58% dos salários (somado o INPC ao aumento de 0,5% da campanha salarial do ano passado) neste ano, como uma “conquista da classe trabalhadora”. Aumento que sequer compensa as perdas dos últimos anos e a alta inflacionária acumulada.

Os trabalhadores não têm nada a “festejar”: perdem direitos, vêm reduzidos seus salários e trabalham além da conta, para que um punhado de oligarcas das finanças se enriqueça cada vez mais. Precisam entender que não há como romper com a lei do empobrecimento e enriquecimento nos pólos antagônicos da sociedade, que se impõe sob o capitalismo sem acabar com a propriedade privada dos grandes bancos, e pondo todos seus recursos a serviço das massas e da nação oprimida. No imediato, precisam combater sem trégua as traições de suas direções, e defender seu programa próprio de reivindicações (divisão das horas de trabalho sem redução de salário; para igual trabalho, igual salário, e condições trabalhistas; fim das terceirizações e imediata efetivação de todos os trabalhadores, etc.)

A defesa dessas reivindicações e dos métodos coletivos para impô-las favorecerá a unidade dos assalariados do setor com o programa da expropriação sem indenização dos grandes bancos, e sua estatização sob controle coletivo da classe operária e dos demais oprimidos. ●

O que importa saber é que esses lucros tiveram por base material a “reestruturação” aplicada pelos grandes bancos, com a introdução de novas tecnologias, redução de empregos, rebaixamento salarial, fechamento de agências e terceirização de serviços.



**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**



ppri4.org

ppri.partido@proton.me

correntesindicalmarxistaglora@proton.me //

correnteestudantilmarxistaglora@proton.me

Continua o impasse na Campanha Salarial enquanto direções sindicais postergam a discussão e a organização de uma greve nacional do funcionalismo

Entre o final de julho e todo o mês de agosto, sobraram os adjetivos negativos para caracterizar as últimas reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). As direções do FONASEFE (que incluem a de nosso sindicado, o ANDES-SN) e do FONACATE se mostraram “preocupadas”, “indignadas”, “frustradas”, diante da postura do governo federal em apontar que não apresentaria proposta quanto ao reajuste do funcionalismo público, na 4º rodada de “negociação”. Além disso, com a apresentação da LDO para 2024, soube-se que apenas R\$ 1,5 bilhão a mais estava reservado para a rubrica de gastos com o funcionalismo, o que significa uma possibilidade de reajuste inferior a 1% para o próximo ano (estima-se que seja necessário, ao menos, R\$ 3,5 bilhões para 1% de reajuste a todo o funcionalismo federal).

A “decepção” das direções sindicais reflete a política de conciliação com o governo, desde quando iniciou o seu mandato. Aliás, é anterior: as direções, mesmo sem a decisão das bases, como no caso do ANDES-SN, chamaram o voto na chapa Lula/Alckmin, tomaram a sua vitória como uma “vitória dos trabalhadores”, e, desde a posse, acreditam no “diálogo” com mais este governo burguês. Com isso, postergam a organização, a mobilização, e a defesa de uma greve nacional de todo o funcionalismo para impor suas reivindicações gerais e particulares.

O ANDES-SN e o SINASEFE, que compõem o FONASEFE, realizaram uma reunião setorial com o governo, em 04 de setembro, a partir da demanda apresentada em carta enviada ao MEC em 28 de agosto. Na carta, a direção reafirma “onze pontos programáticos em defesa da educação pública”, entre os quais destacamos a defesa da revogação da EC 95, a PEC do Teto (que logo será substituída pelo Arcabouço Fiscal do atual governo), a defesa da revogação dos reitores impostos por Bolsonaro, a defesa da revogação do Ensino Médio e a BNC-Formação, e a defesa da revogação das últimas Reformas previdenciárias. Ademais, elenca entre os argumentos o fato de que o orçamento atual da Educação é o mesmo de dez anos atrás, mostrando o sucateamento de que são vítimas a Educação e a Ciência no país. Sem dúvida, pontos importantes para a defesa da educação pública e dos serviços públicos, mas que, sem luta geral dos trabalhadores, em nada avançarão. A reunião do dia 04 de setembro apenas confirmou isso. Os representantes do Ministério da Gestão e Inovação apenas indicaram que as demandas remuneratórias não poderiam ser debatidas em função da “situação orçamentária”, já que têm “impacto financeiro”. Sequer um calendário de novas reuniões foi apresentado pelo governo. A direção do ANDES-SN, assim, só reproduz as promessas sobre reivindicações não-remuneratórias, enquanto se “lamenta” pelo governo “postergar” a apresentação de propostas com impacto econômico para a educação e para os trabalhadores da educação.

Na verdade, são as direções sindicais que, de fato, postergam algo. Em vez de convocarem as assembleias para deba-

É preciso romper com a política de colaboração de classe, é preciso organizar uma oposição revolucionária a mais este governo burguês, que, com o Arcabouço Fiscal, a Reforma Tributária, estrangulará os recursos para os serviços sociais, e dará passos para uma contrarreforma administrativa que penalize o funcionalismo público. É, como os governos anteriores, um governo a serviço do grande capital, nacional e internacional, e oposto aos interesses do conjunto dos trabalhadores e da população mais oprimida.

ter a construção de uma greve nacional, seguindo o exemplo do funcionalismo de estados como Paraná e Maranhão, chamam rodadas de assembleias que não têm objeto para debater, porque não há proposta, e convocam “semanas de mobilização”, que não têm como central a paralisação das atividades, os atos de rua e a mobilização unitária com outros setores dos trabalhadores e da juventude.

É preciso romper com a política de colaboração de classe, é preciso organizar uma oposição revolucionária a mais este governo burguês, que, com o Arcabouço Fiscal, a Reforma Tributária, estrangulará os recursos para os serviços sociais, e dará passos para uma contrarreforma administrativa que penalize o funcionalismo público. É, como os governos anteriores, um governo a serviço do grande capital, nacional e internacional, e oposto aos interesses do conjunto dos trabalhadores e da população mais oprimida. Defendemos que as próximas assembleias da Campanha Unificada sejam com paralisação do trabalho e para organizar a construção da greve nacional. A direção do ANDES-SN pode pressionar o conjunto das demais direções, no interior dos fóruns, ao organizar a greve em sua base. A greve das universidades e institutos federais pode ser o pontapé inicial para a greve do funcionalismo federal, em nível nacional. É preciso apostar nas forças do movimento dos trabalhadores, na luta que se projeta para a sociedade e para a população e que, com isso, pode pressionar o governo a abrir real negociação. Sem luta, sem mobilização, a negociação é uma farsa! ●

Por uma verdadeira Campanha Nacional do funcionalismo federal! Por rodadas de assembleias, no mês de setembro, nas universidades e nos institutos federais, que debatam a construção da greve no setor! Levantar as reivindicações salariais, a luta por direitos, por empregos, contra o privatismo e pela derrubada das contrarreformas!

Construir a greve nacional do funcionalismo!

Direções da FINDECT (PCdoB) e FENTECT (PT) capitulam diante da contraproposta da ECT

Como era esperado, as direções das duas federações dos trabalhadores dos Correios aceitaram a “contraproposta” da empresa. Haviam, em agosto, blefado com a possibilidade de greve, frete ao índice de reajuste apresentado pela direção da empresa em negociação.

Era, apenas, um blefe. Não mobilizaram as bases para organizar a greve para o início do mês. Jogaram com datas distintas (entre 12 a 19 de setembro). Esperaram que a empresa apresentasse qualquer outro valor, o que ocorreu somente em meados de setembro. As assembleias que ocorreram nos sindicatos estaduais, entre 17 a 22 de setembro, afirmaram a posição da direção, com exceção do SINTECT do Rio Grande do Sul, que rejeitou a contraproposta.

A proposta original falava de uma recomposição de 3,53%, a ser aplicada a partir de janeiro, além de um abono de R\$ 250. Na “contraproposta”, a direção da ECT incluiu um “ano salarial linear”, no valor de R\$ 1,5 mil, em janeiro, além de um vale alimentação extra, no valor de R\$ 1 mil, pago uma única vez, este ano ainda. Houve também negociação em torno do valor pago pela empresa estatal no plano de saúde.

Em suma, não houve aumento na proposta do reajuste salarial. Os ecetistas vão amargar mais perdas salariais, já que, só nos últimos doze meses, o IPCA é de 4,61%. Até janeiro de 2024, este índice pode ser superior. Sem falar das perdas que se acumulam na última década, que ultrapassam os 10%. O “abono” e um “vale alimentação” extra é uma migalha, diante dos mais de R\$ 5 bilhões que



a empresa lucrou nos últimos anos, a partir da Pandemia. Os ecetistas estão trabalhando mais, gerando mais lucro, mas ganhando menos: este é o resultado da Campanha Salarial deste ano, conduzido pelas direções do PT, do PCdoB e mesmo de correntes do PSOL, como as que dirigem, por exemplo, o SINTECT de Minas Gerais.

No fundo, todos estes partidos e suas correntes sindicais nunca quiseram se chocar com o novo governo que ajudaram a eleger, e estiveram presentes em todas as negociações para diferenciar este governo do anterior. São pontos de apoio da governabilidade do governo de frente ampla da burguesia, executam a política de conciliação de classes. Traem os trabalhadores dos Correios.

Mais do que nunca, é necessário organizar uma verdadeira oposição a esta burocracia sindical. Organizar uma oposição revolucionária a mais este governo burguês, de Lula/Alckmin, e organizar a mobilização a partir das bases, na base da defesa de um programa de reivindicações que as proteja da destruição de suas condições de vida e direitos, constituindo os comitês locais dos trabalhadores. Sem organização independente, e sem uma política real de independência de classe expressa em um programa próprio de reivindicações, os ecetistas continuarão sofrendo com a superexploração de seu trabalho, com jornadas estafantes, e com salários rebaixados. ●

O “Grito dos Excluídos” governista subordinou as necessidades dos oprimidos à defesa do governo burguês

O Grito dos Excluídos governista, na praça Oswaldo Cruz, começou com negociações entre a PM e os organizadores, após Tarcísio proibir a descida da manifestação pela Av. Paulista. Após chegar a um acordo, retirou-se a cavalaria e tropa de choque que ocupava a praça, e ficaram apenas dezenas de policiais, que viriam a “acompanhar” a mobilização até o Parque do Ibirapuera.

O ato começava, assim, com os organizadores se submetendo à imposição do governo direitista, visando a demonstrar seu caráter “demo-

crático” e “pacífico”. À capitulação seguiram as falas que, sem exceção, bateram na mesma tecla: a luta pelas reivindicações devia subordinar-se à defesa do governo Lula e da democracia, contra o fascismo e a ultradireita. Portanto, cabia aos movimentos “pressionar” para que o governo assumisse uma política favorável ao povo pobre, rompendo para isso com a direita.

Segundo se afirmou no ato, “o governo está em disputa”. De um lado, estariam as bancadas e ministros progressistas; de outro, a direita do Centrão. O resultado

dessa “disputa” iria definir o rumo das políticas de Lula. Apoiar Lula e defender a democracia significava inclinar a balança em favor de um plano de governo favorável aos pobres e miseráveis, e pôr um freio ao golpismo. Isso explica porque a bandeira da “reforma agrária”, por exemplo, sequer foi defendida pelo MST. Discursou-se também contra as privatizações da Sabesp, Metrô e CPTM. Ou seja, as impulsionadas por Tarcísio. Mas, nada se disse das privatizações que avançam sob os governos federal e estaduais onde o PT é governo. Ocultou-se ainda o

fato de Lula convocar o Progressistas e o Republicanos, partidos ultradireitistas e fascizantes, para ser parte do governo. Foi essa manobra que serviu de barganha para encerrar a “CPI do MST” – e não a luta dos camponeses e dos trabalhadores unificados e em luta contra sua criminalização.

A caracterização do governo em disputa feita é uma farsa das dire-

ções sindicais e populares. Objetiva acobertar sua capitulação perante o governo burguês de Lula, que continua com as privatizações e contrarreformas dos governos direitistas que o precederam. A negativa em defender as reivindicações dos explorados demonstrou que as centrais e movimentos majoritários não têm qualquer interesse em desenvolver a luta em defesa dos direitos, em-

pregos e salários. Essa luta cabe à vanguarda com consciência de classe e a uma oposição revolucionária, forjada no interior dos sindicatos e movimentos, defendendo as necessidades mais imediatas das massas, que as levem a se chocar com as direções traidoras, permitindo-lhes avançar à ruptura com a colaboração de classes e erguer sua estratégia própria de poder. ●

GRITO DOS EXCLUÍDOS EM BOA VISTA / RR

No dia 7 de setembro, aconteceu o tradicional Grito dos Excluídos, em Boa Vista / RR, sob o tema “Terra, teto, trabalho”, e “Você tem fome e sede de quê?”, organizado pelas pastorais sociais da Igreja Católica e movimentos sociais. Centenas de pessoas participaram do ato, principalmente fiéis da igreja, estudantes, professores, religiosos e membros dos movimentos sociais e partidos, MST, membros do PSOL, PT, Levante Popular da Juventude, Movimento Rua, Frente em defesa do Rio Branco, Pastoral da Juventude, lideranças indígenas, etc.

Foi realizada uma caminhada até a Igreja Matriz, em uma das ruas do

centro de Boa Vista. Durante o ato, houve falas abordando temas diversos, como a questão do tráfico de pessoas humanas, o garimpo nas terras indígenas, a fome, a oposição à construção da hidrelétrica do “bem querer” e contra o Marco Temporal, etc. O que ficou evidente nessa manifestação foi a linha política voltada à defesa da “democracia” e do “governo” como formas de “resistência”, e a completa ausência de discussão sobre as raízes dos problemas colocados.

Nesse sentido, não há como avançar na organização concreta das lutas sem que se discutam os problemas concretos que existem

A ausência da discussão sobre os problemas concretos também leva à dificuldade de luta com independência de classe, e ao abandono dos métodos de luta de ação direta. O Grito dos Excluídos aconteceu mais de forma simbólica, por ser uma atividade tradicional organizada pelas Pastorais católicas no dia 7 de setembro, do que uma manifestação de pressão popular em torno de reivindicações.

por trás dos problemas da fome, da ausência de moradia, da não demarcação das terras indígenas, dos conflitos sobre a terra e da falta de trabalho, que empurra milhares de pessoas para a miséria e a fome.

A ausência da discussão sobre os problemas concretos também leva à dificuldade de luta com independência de classe, e ao abandono dos métodos de luta de ação direta. O Grito dos Excluídos aconteceu mais de forma simbólica, por ser uma atividade tradicional organizada pelas Pastorais católicas no dia 7 de setembro, do que uma manifestação de pressão popular em torno de reivindicações.

É necessário, no entanto, que, diante da barbárie colocada sobre os povos oprimidos, povos indígenas, camponeses, e trabalhadores assalariados, que sofrem com a fome, o desemprego, a invasão de terras, as violências no campo e na cidade, as lutas sejam

combativas e independentes, travadas a partir dos métodos de ação direta, greves, paralisações, manifestações nas ruas.

Esses métodos históricos de luta dos trabalhadores e oprimidos não podem ser esquecidos no momento em que há milhões de desempregados, famintos, pessoas em situação de rua, e numa realidade de aumento de violência sobre os oprimidos, em que aumentam os conflitos sobre a terra, com assassinatos de pessoas indígenas, quilombolas e lideranças dos movimentos sem-terra, que se colocam abertamente contra o poder econômico do agronegócio e do latifúndio.

Não há diálogo, não há como apelar ao senso moral da classe dominante, há interesses econômicos que só podem ser barrados pela luta concreta, combativa e independente dos trabalhadores, dos povos indígenas, dos camponeses e dos explorados da cidade e do campo! ●

FOLHETO



Adquira com nossos militantes!

SÓ COM OS MÉTODOS DA AÇÃO DIRETA É POSSÍVEL IMPEDIR AS PRIVATIZAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO

AS PRIVATIZAÇÕES E A BURGUESIA ENTREGUISTA

Tarcísio de Freitas (Republicanos) colocou como prioridade no seu governo a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM. O saneamento básico e os transportes são importantes ramos econômicos que, apesar de já estarem semi-privatizados, o capital financeiro exige sua entrega completa.

Desde a década de 1990, a burguesia nacional abandonou qualquer discurso ou política estatista ou de limite à penetração do capital financeiro internacional. O resultado foi a abertura de um período de amplas privatizações, sob as mais variadas formas, que não foram revertidas ou mesmo estancadas pelos governos ditos nacionalistas e reformistas do PT.

DIREÇÕES SINDICAIS CONCILIADORAS

Os sindicatos das categorias – dirigidos por reformistas (Sintaema/SP é filiado à CTB; Sindicato dos Ferroviários de SP à UGT, e Sindicato dos Metroviários tem como presidente uma militante do Resistência/PSOL) – travam a “luta” contra as privatizações no campo da burguesia, com o método eleitoral de desgaste do governo e projeção de “alternativas” eleitorais. O resultado desta “luta” é que os processos de privatização e desnacionalização continuam.

A iniciativa dos três sindicatos do “Plebiscito Contra a Privatização” vai neste sentido. Se estivéssemos em outra situação, em que não existissem as tendências de luta presentes atualmente, poderia servir para iniciar a organização da categoria e mobilizar os trabalhadores em geral para a construção da greve, e assim seria progressista. Mas ele não serve a este propósito, serve como arma da burocracia sindical em sua luta eleitoral contra o governo do Estado de São Paulo, e subordina a paralisação de um dia e a possibilidade de greve à campanha nas urnas.

Mesmo as greves, exemplo de ação direta, podem em algumas circunstâncias serem desviadas de forma subordinada à luta eleitoral/parlamentar. O processo de privatização da BR Distribuidora, das refinarias da Petrobrás, da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), etc. são exemplos desse fenômeno, e todas elas acabaram com a privatização realizada. Na luta atual, os sindicatos (metroviários, ferroviários e Sintaema), durante a paralisação do dia 03/10, alteraram a bandeira de

(...) são os trabalhadores do setor, num movimento que se unifique com os assalariados que utilizam os serviços públicos diariamente e dependem dele para trabalhar, que devem assumir a solução do problema com as próprias mãos, com os métodos da luta de classes, das greves, ocupações de prédios e grandes avenidas. Mas esse caminho depende da mobilização e radicalização das bases por cima de suas direções conciliadoras e democratizantes, que conduzem o movimento para a derrota, para o caixão das reivindicações das massas, as instituições da democracia burguesa.

“abaixo as privatizações” para “realização de um plebiscito oficial”. Ou seja, utilizam a greve para impulsionar o “plebiscito oficial”, não como método de luta para barrar a privatização.

A defesa de que a paralisação de 03/10 seja voltada a um plebiscito organizado pelo governo é a subordinação concreta do movimento à democracia burguesa. Coloca-se como objetivo a realização de uma votação, na qual vão participar os setores da classe média abastada, que nunca usa o metrô e os trens, para decidir sobre seu destino, e pelo método da disputa eleitoral. Ao contrário disso, são os trabalhadores do setor, num movimento que se unifique com os assalariados que utilizam os serviços públicos diariamente e dependem dele para trabalhar, que devem assumir a solução do problema com as próprias mãos, com os métodos da luta de classes, das greves, ocupações de prédios e grandes avenidas. Mas esse caminho depende da mobilização e radicalização das bases por cima de suas direções conciliadoras e democratizantes, que conduzem o movimento para a derrota, para o caixão das reivindicações das massas, as instituições da democracia burguesa.

PROGRAMA OPERÁRIO E MÉTODO DA AÇÃO DIRETA

Como diz Guillermo Lora, no folheto *Marxismo para Operários*, “os métodos de luta são genuínas criações das massas em sua luta diária, trata-se de respostas que dão às dificuldades que encontram no caminho de conquistar os seus objetivos. Aparecem na História à margem das especulações dos teóricos e às vezes até contrariando as suas conclusões”. E mais: “O proletariado também adota os métodos de luta das outras classes sociais. Não se limita a se apropriar desses métodos, mas os modifica profundamente, sobretudo porque os subordina à mobilização e ação direta das massas e lhes dá uma projeção socialista. Entre os principais métodos alheios que utiliza o proletariado, se encontram o parlamento e as guerrilhas.”

As lutas contra as privatizações – que é a luta em defesa do emprego, dos salários e condições de trabalho, dos serviços públicos – exigem que os trabalhadores das empresas atingidas se levantem unificados em greve, passando por cima das burocracias sindicais, e arrastem o apoio do conjunto do funcionalismo e dos demais sindicatos, movimentos sociais e centrais sindicais. ●

A GREVE DE TREM, METRÔ E SABESP EXPÕE O CHOQUE ENTRE AS TENDÊNCIAS DE LUTA COM A POLÍTICA DEMOCRATIZANTE DAS DIREÇÕES BUROCRÁTICAS

A “greve unificada” contra as privatizações do governo de Tarcísio, organizada pelos sindicatos do Metrô, CPTM e Sabesp, deu uma amostra da força coletiva dos operários e trabalhadores, ao paralisar o funcionamento de quase a totalidade das linhas do Metrô (com exceção da linha Amarela, já privatizada), e de grande parte das linhas ferroviárias, com exceção das linhas 9-Diamante e 8-Esmelada, privatizadas há dois anos (embora a linha 9 tenha ficado paralisada por falha elétrica). A paralisação das atividades dos operários da Sabesp foi massiva, apesar de manter o abastecimento d’água e reparos “emergenciais”, como exigido pela Justiça.

(...) as privatizações são medidas jurídicas que visam a favorecer os grandes capitalistas, de forma que abocanhem lucros monopolistas, tomando posse e controle privado de “monopólios naturais”, que abarcam centenas de milhões de clientes cativos, que são obrigados a pagar preços abusivos, como comprovaram as privatizações da energia e refinarias de petróleo.

O plano de privatizações do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) já está em pleno andamento. Tem leilão marcado para a privatização da linha 7 do trem, a Rubi, para o dia 29 de fevereiro de 2024. Será publicado, nos próximos dias, o edital de “terceirização” dos serviços de atendimento do Metrô. Estão terminando os preparativos para apresentar na Alesp o projeto de privatização da Sabesp. Observa-se também uma ampla articulação entre funcionários estaduais e empresas interessadas nas privatizações, para convencer os prefeitos de abrirem mão da autonomia dos municípios sobre setores dos serviços de água para, assim, facilitar a privatização da Sa-

besp sem oposição política. Entretanto, o principal obstáculo à burguesia e seus agentes políticos no governo estadual é vencer a rejeição de mais de 53% da população paulista às privatizações (pesquisa de Datafolha). 40% se posicionou favoravelmente. Visando a ampliar essa base é que se verifica a articulação entre as empresas e o governo estadual, para convergir em uma campanha publicitária conjunta (separadamente, mas como o mesmo conteúdo e objetivos), em favor das privatizações.

As privatizações não se orientam a resolver “problemas financeiros” ou de “déficits” das empresas estatais. No caso da Sabesp, os lucros foram de R\$ 2,47 bilhões. Como demonstra também o exemplo dos Correios, as privatizações são medidas jurídicas que visam a favorecer os grandes capitalistas, de forma que abocanhem lucros monopolistas, tomando posse e controle privado de “monopólios naturais”, que abarcam centenas de milhões de clientes cativos, que são obrigados a pagar preços abusivos, como comprovaram as privatizações da energia e refinarias de petróleo. As chamadas “reestruturações” (anteriores e posteriores às entregas das estatais) nos projetos de privatização têm somente um objetivo: maximizar a margem de lucros, destruindo direitos, terceirizando e rebaixando salários, e tirar compulsoriamente dos bolsos dos assalariados ainda mais lucros, com a elevação dos preços dos serviços.

Esse é conteúdo de classe que está por trás da fala de Tarcísio, de que a greve era “política” e “ilegal”. Esses interesses burgueses explicam por que o governo acionou imediatamente a Justiça, convocando ao Tribunal Regional do Trabalho para que agisse, declarando a greve abusiva e ilegal. O TRT exigiu a circulação de 100% dos trens e metrôs nos horários de pico (das 6h às 9h e das 16h às 19h), e de 80% nos demais períodos. O governo ainda decretou “ponto facultativo” es-

tadual, e o fim do rodízio de veículos para o dia da greve. Ao mesmo tempo, determinou às empresas de ônibus da capital a colocação de 100% das frotas em circulação, para cobrir a demanda de transporte.

Desde a madrugada, oficiais de justiça percorreram as centrais de controle dos transportes ferroviários, para conferir se se cumpriam os ditames judiciais. De posse dos informes, a justiça já decretou o triplo ou quádruplo das pesadas multas aos sindicatos, e facilitará a ofensiva do governo pela perseguição e demissões de grevistas. Essa medida complementa os objetivos de restruturação dos transportes, e “limpeza” dos sindicatos e domesticação dos trabalhadores perante as privatizações. Os trabalhadores devem responder e preparar novas greves contra os novos ataques. Foi importante que os trabalhadores não se submetesse às pressões do judiciário e decidissem paralisar. As tendências de luta se sobrepuseram às pressões da burguesia e seu aparelho de estado.

O contrário se verifica entre as direções. No dia anterior à greve, procuravam um “acordo” com o governo. Propuseram, horas antes de aprovar os piquetes desde as 0h do dia 3, que o governo estadual decretasse um dia de “catracas livres” e “tarifa zero”, pelo menos no metrô, o que significava dizer que não haveria greve, caso Tarcísio chegassem a um entendimento com os sindicatos. Segundo a presidente do sindicato do Metrô, a proposta visava a garantir que a população não fosse prejudicada pela “legítima ação dos sindicatos”, e demonstrar boa disposição para contornar a pressão da Justiça.

Isto demonstra que, desde o primeiro momento, a intenção dos burocratas era a de chegar a algum tipo de acordo com o governo, o que significaria traer a decisão das assembleias. A negativa do governo evitou que os burocratas se expusessem abertamente como traidores perante as bases. Mas, não impediu que as direções fizessem

corpo mole para continuar mostrando sua “predisposição” ao diálogo. O que se verifica concretamente no fato dos piquetes serem garantidos esmagadoramente por burocratas e correntes políticas e estudantis, e não organizados pelas bases. Ou também pelo fato dos atos na frente dos portões da Sabesp serem esvaziados. Houve uma clara orientação política de não massificar os atos, que acompanhou a capitulação das direções em não convocar a ato centralizado, paralisando a economia. Todo o empenho das direções é voltado a que as ações sejam um “suporte” a um Plebiscito oficial, visando à disputa eleitoral. Essa capitulação continua, com o “desafio” lançado à Tarcísio, de que realize esse “Plebiscito estadual”, para saber a opinião da população sobre as privatizações. Almejam, em última instância, que o “Plebiscito popular”, impulsionado pelas direções, seja assumido agora pelo próprio governo. Desviam toda a força das tendências de luta para a via da democracia burguesa, na disputa nas urnas. Esse tiro pode sair pela culatra, e servir ao governo e à burguesia para impulsionar a aceleração das privatizações. O próprio Tarcísio disse, publicamente, que irá convocar um Plebiscito, logo após apresentar seus projetos na Alesp. Apoiando-se na participação de setores da classe média abastada e reacionária, que não tem qualquer necessidade de recorrer ao

transporte público, a burguesia poderá usar suas instituições e métodos para decidir o destino dos serviços públicos. O que indica que o Plebiscito defendido pelas direções servirá à burguesia e seu governo para impor as privatizações, se apoiando no atraso de um setor dos assalariados e setores da classe média reacionária.

As direções sindicais burocratizadas, contrárias aos métodos próprios dos trabalhadores, procuram uma via de acomodação e subordinação prática da luta grevista à democracia e instituições burguesas. O que significa negar na prática que somente os trabalhadores do setor e o conjunto da população assalariada, que dependem dos serviços ameaçados de privatização, podem assumir com suas próprias mãos e métodos de luta a defesa do caráter público e estatal dos serviços públicos essenciais.

A greve demonstrou a força coletiva dos operários e trabalhadores para atingir a burguesia e seu governo. Foi um indicativo dessa força, o fato de as bases não se curvarem à legislação antigreve. Instintivamente, os trabalhadores compreendem que nunca devem submeter suas decisões e ações aos ditames do Estado burguês. A paralisação total das linhas estatais do metrô, e a majoritária nos trens, provaram a tendência de luta das bases.

Essa tendência de luta coletiva apa-

receu ainda na Quadra dos Bancários, no dia 2/10, onde foi realizada a reunião das direções sindicais para organizar a greve e os piquetes. Os poucos trabalhadores de base presentes entraram em conflito com a política vacilante das direções.

As bases precisam ultrapassar suas direções, se quiserem derrotar seus inimigos de classe, e derrotar a ofensiva privatizante. Enquanto não o fizerem, continuarão a se impor a colaboração de classes e os métodos da democracia burguesa, que favorecem os capitalistas e seus governos. Uma nova prova foi dada pelas direções nas assembleias da noite, que aprovaram o fim da greve. As direções propuseram encerrar a “greve unitária”, e votar o indicativo de que não seja retomada a greve na próxima semana. Estará nas suas mãos, discutir e aprovarem “novo calendário” de lutas. Destacou-se, porém, um setor minoritário, que se posicionou favorável à continuação da greve e sua radicalização. É se apoiando nesse setor e nas bases, que decidiram dar as costas às pressões da Justiça burguesa, que a vanguarda com consciência de classe poderá desenvolver o programa de combate às privatizações com a estratégia e os métodos da luta de classes, passando por cima das direções burocráticas, e unificando com a população assalariada e demais setores, para derrotar a ofensiva privatizante. ●

Direções sindicais enfraquecem convocatória da greve, sem a convocação de um ato unitário nas ruas

O Ato/Assembleia convocado para a Quadra dos Bancários do dia 02/10, no centro de São Paulo, não passou de uma “plenária” das direções sindicais, esvaziada da participação das bases. Os dirigentes dos sindicatos da Sabesp, CPTM e Metrô, junto a lideranças da CUT, compareceram para “definir” a organização e as ações da greve convocada para o dia seguinte. Estavam também presentes partidos e correntes políticas que dirigem os sindicatos, a exemplo da UP e PCdoB, que dirigem o Sintaema-SP, sindicato dos operários e trabalhadores da Sabesp, e do PSOL, que dirige os metroviários. A base social do teatro do “ato/Assembleia” foi esmagadoramente a militância do reformismo e do centrismo (PSTU).

As falas dos dirigentes sindicais estiveram voltadas a relatar os problemas que a população e os trabalhadores já enfrentam, e como isso se aprofundaria e agravaría com a privatização. Porém, não falaram de continuidade de greve sob nenhuma circunstância. Não marcaram uma próxima assembleia. Colocaram todo o peso no plebiscito que fizeram,

exaltando uma suposta boa aceitação pela população, e “cantaram” que já era “a” vitória da greve de 24h. Mencionaram a necessidade da greve, mas claramente submetida ao objetivo de exigir a realização de um plebiscito oficial, convocado pelo governo. Falaram apenas as direções e, após meia hora, encerrou-se o “debate”, com uma votação “simbólica”, sob a justificativa de que sairiam dali para compor os comandos, nos pátios de metrô e trens. Apenas houve propostas quanto aos locais onde teriam piquetes, sem aprovar atos de concentração e mobilização para depois disso. Tampouco foi “aprovado” um ato unificado em nenhuma região para o dia 3. Assim, a burocracia “decretava” na véspera o esvaziamento dos atos, que se fariam sob controle da burocracia, e subordinados ao objetivo democratizante do “Plebiscito popular”.

Apesar disso, no interior desse teatro se manifestaram, ainda que limitadamente, as tendências de luta e radicalização que existem em um setor da base. Um grupo, no fundo da quadra, perceptivelmente de trabalhadores da base, gritou

palavras de ordem que de fato entravam em choque com a polícia subserviente demonstrada pelas direções burocratizadas perante as ameaças do judiciário: “se demitir ou se multar, a greve vai continuar!”. Foram também os únicos a defenderem a continuidade da greve após o dia 3. Em contraposição, a burocracia e correntes decidiram não aprovar qualquer indicativo de continuidade da greve e, junto da maioria das correntes políticas presentes, decidiram gritar uma palavra de ordem vazia: “Unifcou, CPTM, SABESP e METRÔ!”.

O setor das bases presente na Quadra dos Bancários mostrou que as tendências de luta são fortes entre os trabalhadores, e que instintivamente se projetam a participar de greves radicalizadas e unitárias, mas não ganham força, e não conseguem superar os bloqueios da burocracia, porque não contam com uma vanguarda com consciência de classe, organizada como fração revolucionária no interior dos sindicatos. O que permite que se imponha a política das direções, de fazer unidade apenas de cúpulas, e desse modo impedir as bases de tomar em suas próprias mãos o rumo



da greve. Dessa forma, as direções podem impor a política de usar o movimento como trampolim para as disputas eleitorais, e a subordinação do movimento à democracia burguesa. Apenas ficou “pautado”, para depois da greve, a exigência de que se cancele qualquer processo aberto contra os grevistas, e se reforce a campanha de exigir de Tarcísio que convoque um Plebiscito “oficial” para consultar à população sobre a privatizações. ●

Atos e piquetes esvaziados para defender o Plebiscito



A greve do dia 3 começou logo cedo, com o bloqueio dos pátios e piquetes, nas entradas do Metrô e da CPTM. Nos pátios, os piquetes foram garantidos pelos trabalhadores, o que impediu que fura greves e funcionários das empresas boicotassem a greve. Quanto aos piquetes nas entradas das estações, notou-se que não houve uma organização centralizada, e nenhum preparo para serem atos políticos. Pelo fato de os pátios estarem bloqueados, se concretizam algumas manifestações nos portões das estações, reduzidas em sua maioria à participação das correntes e partidos governistas (PSOL, PCdoB, UP etc.). Teve ainda uma manifestação organizada pelo PSTU e suas correntes (Reviravolta e Rebeldia) na frente da Sabesp, também pela manhã. No “ato”, os dirigentes da Conlutas e do PSTU afirmaram a “pressão do movimento”, e convocavam a continuar em luta e unificados, apesar dessa central e o partido que a dirige terem se oposto às

assembleias unificadas para fortalecer o movimento de dia 3.

Houve ainda dois atos em frente de unidades da Sabesp. Um de manhã, em Pinheiros, e outro à tarde (15h), na Ponte Pequena. Os atos não ultrapassaram os 50 manifestantes, principalmente de direções sindicais, partidos e correntes de base do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. As falas foram abertas a deputados estaduais. Bebel, deputada estadual pelo PT; Giani nazi e membros da bancada feminista, do PSOL, confluíram em apresentar a “greve” como uma vitória contra o governo de Tarcísio, e uma demonstração da necessidade de dar um novo impulso ao Plebiscito, exigindo agora do governador que transforme o Plebiscito organizado pelos sindicatos em uma proposta oficial de seu governo. Deixaram claro o objetivo político de “desgastar” eleitoralmente a Tarcísio.

Ficou evidente que os atos esvaziados de bases e de qualquer apoio

popular não passavam de comícios, organizados pelos sindicatos e partidos governistas, e para servir de base à disputa eleitoral do PT e aliados. Ficou também evidente que todas as correntes depositaram as forças no plebiscito, nenhuma colocava a necessidade de greve por tempo indeterminado, de continuidade do movimento, da convocação das bases, e por um ato unificado. Nenhuma corrente divulgou antes onde participaria de ações. Um exemplo disso foi a OPOSIÇÃO UNIFICADA COMBATIVA de professores, que ficou em completo silêncio. No dia da greve, as correntes postaram no grupo de whatsapp onde atuaram, deixando clara a divisão dos grupos, não defendendo a unificação, organizando manifestações em lugares e locais comuns. Assim, o dia 03/10 foi uma greve de 24 horas controlada pela burocracia sindical. Apesar de a greve ter sido aprovada em assembleias dos trabalhadores, as ações que mantiveram a greve não foram construídas e mantidas com a intervenção desses. A não participação da base dos sindicatos caracteriza o movimento como subordinado à política democratizante das direções, e mesmo grupos que se dizem mais à esquerda não mantêm uma posição prática e programática de enfrentamento, se rebaixam e se subordinam, e não denunciam o método de conciliação de classes e subordinação à democracia burguesa. ●

MUNICIPAIS - SÃO PAULO

Traição das burocracias sindicais na campanha salarial 2023 prepara o terreno para novos ataques de Nunes/MDB

A traição das burocracias sindicais, das entidades do município de São Paulo, na campanha salarial 2023 teve, como consequência, não apenas a manutenção do arrocho salarial com os míseros 5% de reajuste, mas abriu caminho para novos ataques de Nunes/MDB, dentre eles: a) Decreto 62.555/2023, que restringe o direito de férias, condicionando-a aos dias de efetivo trabalho; b) Instrução Normativa (IN) SME nº 24/2023, que amplia de forma autoritária o programa São Paulo Integral. Soma-se a esses ataques municipais, a ameaça da reforma administrativa, proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020, em tramitação no Congresso Nacional, que destruirá direitos de todos os servidores públicos, dentre eles, o principal é o fim da estabilidade no serviço público.

ATAQUE AO DIREITO DE FÉRIAS

O Decreto 62.555 regulamenta o cap. VII da Lei 17.722/2021 – instituindo o direito de férias proporcionais aos dias trabalhados, inclusive compreendendo nestes cálculos o desconto de dias de férias em função de licenças médicas, bem como altera outros critérios, tais como a acumulação e a organização da escala de férias, a conversão de férias em tempo de serviço, o pagamento de férias e a indenização por férias não gozadas.

Existe neste momento uma liminar que suspende a aplicação desse decreto, alegando constitucionalidade apenas ao que se refere aos descontos relativos às licenças médicas. No entanto, mesmo com essa liminar as férias de diversos servidores que retornaram de longo período de licença médica, dentre eles servidores que conquistaram a readaptação funcional, estão “congeladas” aguardando desfecho dessa tramitação.

A burocracia sindical do SINPEEM para adiar a luta alega que a aplicação desse decreto aos professores, que têm férias coletivas em janeiro, fixadas pela Lei nº 15.625/2012, necessita da publicação de portaria específica de SME. Claudio Fonseca/Cidadania nas últimas reuniões de representantes e do Conselho Geral respondeu as intervenções que exigiam a organização da luta por meio da convocação de uma assembleia imediata, dizendo que se o decreto entrar em vigor, o SINPEEM irá à luta, bem como se organizará juridicamente.

O essencial é compreendermos que este ataque é parte da reforma administrativa, que já vem sendo aplica-

da antes da aprovação da PEC 32/2020, o que se configura como mais uma estratégia de conciliação de classe entre as burocracias sindicais para blindar o governo de frente ampla Lula/Alckmin.

AMPLIAÇÃO AUTORITÁRIA DO PROGRAMA SÃO PAULO INTEGRAL (SPI)

Outro debate central na rede municipal de ensino neste momento é a ampliação autoritária do Programa São Paulo Integral (SPI) imposta por Nunes/MDB por meio da Instrução Normativa SME nº 24/2023, publicada em 04/09/23, as vésperas do fechamento da projeção de turmas para o próximo ano letivo.

O Programa São Paulo integral já existe na rede municipal desde 2015, instituído pela Portaria SME nº 7.464/2015, porém sua adesão dependia da aprovação dos Conselhos de Escola, ou seja, as escolas possuíam uma suposta autonomia para aderir ou não ao SPI. Dizemos “suposta autonomia” por que alguns mecanismos de chantagem já vinham sendo utilizados pelas Diretorias Regionais de Educação (DRE) nos últimos anos, tais como apresentar a adesão ao SPI como única alternativa para não gerar excedência de professores nas escolas diante do fechamento de salas, ao invés de reduzir o número

de estudantes por turma.

A ampliação forçada neste momento do SPI através de IN 24/2023 determina que cada DRE deverá assegurar, a participação de no mínimo 50% das turmas de 1º ano do ciclo de alfabetização, o que fez com que as DREs determinassem quais serão as escolas que, a partir de 2024, funcionarão dentro do programa. Essa imposição é uma das metas que consta no PME, a de ampliar para 50% o SPI. Para tanto, as DRE alegaram que estão se pautando na área externa do território das escolas, para justificar que há condições para funcionarem no integral. Outro mecanismo imposto pela IN 24/2023 é o de que as DREs deverão “diligenciar no sentido de evitar, nas Unidades que já aderiram ao Programa, o desligamento de turma atendida”, ou seja, escolas que aderiram ao programa em anos anteriores para evitar excedência de professores diante do fechamento de turmas, mesmo conseguindo reverter essa situação reabrindo turmas agora, não poderão se desligar do programa.

A educação infantil também será impactada pelo SPI, dentre os impactos possíveis é de que a determinação de

Outro debate central na rede municipal de ensino neste momento é a ampliação autoritária do Programa São Paulo Integral (SPI) imposta por Nunes/MDB por meio da Instrução Normativa SME nº 24/2023, publicada em 04/09/23, as vésperas do fechamento da projeção de turmas para o próximo ano letivo.

que as EMEIs que funcionam em período de 8h participarão compulsoriamente do SPI faça com que as unidades da rede parceira (conveniada e indireta) se interessem pelo atendimento dessa demanda, ampliando a privatização na educação infantil.

Essa IN, além de desrespeitar a autonomia dos Conselhos de Escola (CE), que representam a comunidade escolar e deliberam sobre a organização das Unidades, implicará em dificuldade de acúmulo para milhares de professores, que terão aulas atribuídas no horário ampliado de atendimento, isso porque o SPI não prevê o aumento do módulo de professores nas escolas, mas a atribuição “das aulas” da expansão curricular (territórios do saber) a título de JEX (jornada excedente). Os horários de funcionamento das escolas incluídas no SPI serão:

- a) No Ensino Fundamental - das 7h às 14h e das 11h30 às 18h30 ou das 12h às 19h; b) Na Educação Infantil em turno único de 8h entre 7h e 19h; c) No Ensino Médio em turno único das 7h às 15h. Além disso, não há nenhuma comprovação de que a ampliação do horário escolar, sem a devida estrutura para esse atendimento, trará benefícios para as crianças e adolescentes.

ENCAMINHAMENTOS CONTRA OS NOVOS ATAQUES DE NUNES/MDB

Nas últimas reuniões de representantes (online em 12/09/23) e do Conselho Geral do SINPEEM (presencial em 18/09/23) várias intervenções das correntes de oposição tentaram se colocar na defesa da organização da luta coletiva para barrar esses ataques, sendo necessária a convocação de uma assembleia imediata para mobilizar a categoria.

No entanto, na primeira reunião as intervenções e encaminhamentos foram dificultados em função do controle maior da burocracia com o formato de reunião online. Nesta reunião Cláudio Fonseca apenas concluiu dizendo que a direção do SINPEEM não está parada, está dialogando com SME e, como encaminhamento, orientou as unidades a levarem a discussão para seus conselhos de escola e, se a DRE não respeitar a decisão dos conselhos era necessário mobilizar a comunidade escolar para fazer o enfrentamento com os dirigentes regionais. E que só então, após esse processo de luta em cada escola e região o SINPEEM teria dados para continuar o diálogo com o governo, alegando que o SPI é para 2024 e que o decreto das férias ainda precisa de regulamentação específica, ambas justificativas para o adiamento da discussão apenas para o 32º Congresso, em outubro, quando sabemos que esse debate também não será realizado, em função do formato distracionista do congresso.

Na reunião do Conselho Geral a burocracia seguiu a mesma linha de intervenção, defendendo a luta individualizada das escolas por meio de um discurso democratizante de “autonomia dos conselhos de escola” e que, portanto, são contra a obrigatoriedade do SPI, defesa que pretendia acobertar a aceitação da direção do SINPEEM sobre o ensino integral. No entanto, ficou evidente na fala de diversos membros da direção que defendem a escola de tempo integral travestida pelo discurso de “educação integral”, na qual utilizaram de alguns argumentos: a) que comunidade almeja que seus filhos permaneçam mais tempo na escola; b) que parte dos professores quer o SPI para conseguir ingressar na JEIF (jornada integral de 40h/aula); c) que a ampliação do SPI é meta prevista no PME.

A Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora defendeu a convocação imediata de uma assembleia, para que a categoria se organize coletivamente, erguendo suas reivindicações com os métodos da luta de classes. Outras forças políticas de oposição se somaram nessa mesma linha de defesa, no entanto, a burocracia que já não tinha nenhuma intenção de organizar a luta coletiva, se aproveitou da defesa de alguns conselheiros do PSOL, no final da reunião, para aprovar apenas uma campanha no site pela “Revogação da IN nº24/2023”, campanha que consiste no preenchimento de um questionário

sobre a adesão do São Paulo Integral em cada escola.

Como se vê, a direção do SINPEEM não assume a luta coletiva, orienta a organização da luta individual de cada escola ou restrita a cada DRE, quando deveria organizar a luta coletiva pela revogação dessa IN por meio da ação direta. E para isso, acabou contando com o apoio da Oposição Unificada, recentemente eleita para compor a direção do SINPEEM junto a burocracia sindical. Não podemos confiar em uma negociação de bastidores com uma direção que diz estar dialogando com SME, quando na verdade faz coro com o governo, na defesa da ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola. ●

Defendemos: • Convocação de uma assembleia imediata para que a categoria se organize para enfrentar os novos ataques. Nenhuma confiança nas negociações sem luta entre a burocracia sindical e governo! / • Revogação do Decreto 62.555 e da IN SME nº 24/2023 / • Por um congresso sindical que sirva para armar a categoria contra os ataques dos governos e pela defesa das nossas reivindicações com os métodos da luta de classes.



**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**



ppri4.org

ppri.partido@proton.me

correntesindicalmarxistaglora@proton.me //

correnteestudantilmarxistaglora@proton.me

BALANÇO DO XXVII CONGRESSO DA APEOESP

UM CONGRESSO BUROCRÁTICO E GOVERNISTA

1) CONTEXTO DO CONGRESSO

O XXVII Congresso da APEOESP ocorreu nos dias 1, 2 e 3 de setembro de 2023, no município de Piracicaba. Contou com a presença da maioria das tendências que atuam no sindicato: Articulação sindical (PT), CTB (PC do B), Fórum (Apeoesp na Luta, Conspiração Socialista, MEOB, Quinze de Outubro, Resistência, Trabalhadores e Trabalhadoras na Luta socialista -TLS, Unidade Classista, Independentes de São Bernardo do Campo, Enfrente e Caravana da Educação), Unidos pra Lutar, Frente de Oposição Socialista-FOS, Educadores em Luta (PCO), Movimento Luta de Classes-UP e Oposição Unificada Combativa (Nossa Classe-MRT, Educadores pelo Socialismo, Reviravolta-PSTU, GOI, Oposição de Luta – LOI, Oposição Revolucionária, Professores em Movimento, Corrente Sindical Marxista G.L. – PPRI, CUT Socialista e Democrática – CSD, Questão de Classe, Lute, Resistência e luta, Rebelião Ecosocialista, SPL, Luta Educadora, CESC, Emancipação Socialista e Corrente Proletária-POR).

Ocorreu, nove meses após a constituição do governo burguês de Frente Amplia de Lula/Alckmin, que arrastou as correntes reformistas e centristas para o governismo, e quatro meses após a eleição da própria APEOESP, que deu a vitória esmagadora à burocracia petista, desta vez com o apoio de parte de setores que antes formavam a oposição.

Outro elemento relevante na conjuntura política é a ausência de lutas da categoria no último período. O Congresso realizou-se completamente à margem das greves e lutas operárias que se realizaram nos últimos meses..

Neste contexto, o Congresso estava fadado a expressar a política governista e sua necessidade de estatizar mais ainda o sindicato, burocratizá-lo, e limitar o espaço de atuação das correntes que ainda se reivindicam como oposição.

2) CONGRESSO BUROCRÁTICO

a) Tirada de delegados

O primeiro obstáculo encontrado para uma tiragem de delegados mais ampla e democrática foi a restrição da dispensa de ponto de apenas um dia, impedindo a participação de uma parcela. Antes, a dispensa era de todos os dias do congresso; o governo retirou esse direito e a burocracia se adaptou, reduzindo o congresso para apenas 3 dias, reduzindo o tempo de debate.

A burocratização do Congresso se iniciou na eleição dos delegados.

A democracia sindical pressupõe que a representação para uma tarefa sindical seja sempre a partir de eleição pela base. A existência de delegados natos para o Congresso viola esse princípio, impondo delegados biônicos no interior de instâncias sindicais.

Além disto, os delegados não são tirados nas escolas, como nos Congressos da APEOESP da década de 1980, mas sim eleitos em Pré-Congressos, com os seus filtros antidemocráticos, que impedem que os professores independentes participem do Congresso, e impõem um maior controle

burocrático sobre a tiragem dos delegados (controle de atas, etc.). Em muitas subsedes, sequer houve o debate das teses no Pré-Congresso e, onde existe uma oposição, o debate foi mantido a duras penas.

Como se não bastasse esses problemas na tiragem de delegados, antes de iniciar o congresso, foi possível localizar outro problema, o da estadualização de delegados. A princípio, era de nosso conhecimento que 1.550 professores receberam dispensa de ponto para participar do congresso, porém, no dia de encerramento, foi anunciado que 1.606 delegados estiveram presentes, demonstrando que a burocracia se antecipou, levando todos os seus suplentes, ferindo a soberania das conferências, já que os suplentes só participam do congresso na ausência de delegados, mas respeitando a proporcionalidade das forças nas conferências regionais. A estadualização realizada, neste caso, feriu a tirada de delegados nos encontros regionais, que são eleitos por tese e regionalmente, quando a burocracia tornou os seus suplentes em delegados.. Essa manobra faz com que suplentes eleitos em uma região e por uma tese acabem substituindo delegados eleitos em outras regiões, e por outras teses.

b) Filtros Congressuais e pouco tempo para debate

Em todo o Congresso, houve pouco tempo para os debates. A burocracia utilizou-se do argumento do “decurso do tempo” para limitar os debates dos temas nos Grupos de Trabalhos. O tempo era limitado em cada grupo: plano de lutas, 90 minutos; políticas permanentes, 45 minutos; política educacional, 60 minutos; política sindical, 30 minutos; balanço, 30 minutos; e estatuto, 30 minutos. Uma vez completado o tempo, a discussão era prontamente encerrada, evidenciando o caráter “hiperburocratizado” do Congresso.

Nos Grupos de Trabalho, havia filtros para que as propostas dos delegados fossem encaminhadas à Plenária. De toda forma, das emendas que as correntes opositoras conseguiram aprovar nos grupos, pouquíssimas foram debatidas no Plenário.

As discussões do terceiro e último dia, na Plenária, foram tomadas por discussões que fugiram aos temas. Atos de racismo e discriminação foram praticados, e acabaram impondo-se às discussões. Para o debate sobre plano de lutas, haviam mais de 100 emendas a serem debatidas; foram debatidas 14, em plenário.

c) Alterações Estatutárias

Antes do Congresso, o Conselho Estadual de Representantes (CER) tinha aprovado alterações estatutárias, atribuição esta exclusiva do Congresso. Realizaram reuniões virtuais do próprio CER, e criaram alguns cargos, entre eles o de 2º presidente. Tudo isto à margem das bases e mesmo dos delegados.

No Congresso, a Tese 1, da Articulação Sindical, apresentou uma série de alterações, para liquidar aos grupos minoritários de oposição a possibilidade de participarem das

disputas pela direção do sindicato, bem como substituir as assembleias, reuniões, conselhos presenciais por virtuais. Sabemos que os métodos virtuais contribuem para as manobras da burocracia, não erguem a luta de classes, pelo contrário, servem de trava à sua organização. Muitos grupos sequer conseguiram chegar ao debate de Estatuto.

Algumas alterações estatutárias propostas pela Articulação Sindical foram retiradas de discussão, como, por exemplo, filtros ainda maiores para composição de chapas, como a ideia de 50% de professores de todas as escolas da região como critério para formar uma chapa, algo impossível para os grupos minoritários que restaram. Essa proposta para compor chapa foi retirada, assim como uma série de propostas que queriam conferir “plenos” poderes à diretoria executiva, dando-lhe o direito de fazer alterações estatutárias nas reuniões de CER, como foi o caso descrito acima, de 2º presidente.

No debate sobre Estatuto, a direção aprovou duas propostas que implicam em ataques à democracia sindical:

- I) A virtualização das assembleias e reuniões, que foi aprovada com algumas alterações abstratas no texto, com a ideia de que as assembleias presenciais poderão ser substituídas em casos extraordinários, vagamente especificados.
- II) A possibilidade do CER decidir se a eleição sindical será pelo critério da proporcionalidade (como era antes) ou pela majoritariedade. Esta medida certamente conferirá à Articulação Sindical mais poderes para pressionar os setores da antiga oposição a permanecerem junto dela nas próximas eleições.

É importante mencionar ainda que, no final do debate das alterações estatutárias, a burocracia se aproveitou de um conflito no plenário para incluir um debate que não era de conhecimento das demais forças, pois, não constava no caderno de teses, que se tratava de uma emenda sobre a federalização do campus Taquaral, da Universidade Metodista de Piracicaba, proposta claramente eleitoreira, para beneficiar a futura candidatura de Maria Izabel Noronha à prefeitura de Piracicaba, proposta que foi aprovada pela maioria de delegados. Votamos contra, por defendermos a expropriação do ensino privado sem indenização, e não para salvar os empresários da educação, neste caso, numa clara manobra da burocracia para se beneficiar eleitoralmente.

3) CONGRESSO DESORGANIZADO

A estrutura congressual, as plenárias e os grupos de trabalho aconteceram em um centro de convenções no município de Piracicaba. No entanto, a estadia e as refeições aconteciam em lugares distintos, fazendo com que os delegados se deslocassem com vans e ônibus nas estreitas ruas da cidade, atrasando todas as discussões no plenário.

A escolha desse local, inapropriado para um congresso sindical, ocorreu para que a 2º presidente e também Deputada Estadual, Maria Isabel Noronha, desse continuidade ao lançamento da sua candidatura à Prefeitura no município piracicabano.

Os três dias de Congresso foram marcados por grandes atrasos e pelos espaços inadequados para a discussão, que comprometeram os debates, fato este que favorece a direção do sindicato.

No segundo dia, o mais importante para os delegados, pois, se tratava dos grupos de trabalho, onde há o debate sobre as alterações à tese guia, os debates ficaram comprometidos, porque a distribuição das salas no espaço (Parque do Porto) eram separadas por biombo. Os equipamentos de som eram de péssima qualidade, ventiladores gigantes barulhentos, o que impedia que os participantes dos grupos se ouvissem. Diante desses problemas “técnicos”, alguns grupos aprovaram as alterações em bloco, e não fizeram o debate, como foi o caso do grupo de trabalho 1.

Nós, da Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora, nos opusemos a tal encaminhamento, defendendo que o grupo fosse para outro local, para que houvesse o debate. Mas a posição da direção do sindicato, que não houvesse debate, foi vitoriosa, contando com votos de delegados da oposição, inclusive do POR.

4) CONGRESSO GOVERNISTA

Apesar do “falatório” em torno do “Fora Tarcísio/Feder”, nenhuma diretriz de luta foi realmente definida no Congresso. Tanto é assim que nenhuma mobilização foi marcada, nem mesmo uma data para uma assembleia.

Diante do quadro de aprofundamento da política de conciliação, encarnada pela burocracia, que aposta cada vez mais nos métodos parlamentares “de luta”, a categoria é afetada pela destruição dos bens e serviços públicos.

As correntes políticas da direção APEOESP, na defesa do governo burguês de Frente Ampla, negam a continuidade que o governo Lula dá à política econômica anterior. Não criticaram a política de austeridade encarnada no Arcabouço Fiscal, a reforma tributária, o envio ao congresso do orçamento de 2024, que arrocha os vencimentos dos servidores públicos federais, ou mesmo levantaram a bandeira pela revogação das contrarreformas trabalhistas, previdenciária, etc.

Qualquer crítica ao governo federal era combatida como se toda preocupação deveria se ligar ao combate ao Tarcísio/Feder, “sem ligação nenhuma com o governo federal, e o conjunto de aplicação das contrarreformas”.

As teses das correntes que formaram a Chapa 1 nas eleições “justificaram” a necessidade de uma unidade para enfrentar a extrema direita fascista, e que a eleição de Lula significa uma vitória para a “classe trabalhadora”, diante da política bolsonarista, que ainda precisa ser combatida. Curioso que mesmo as correntes de oposição como a principal, dirigida pelo PSTU, tem a mesma formulação programática.

Concluímos que a burocracia precisou ampliar seu burocratismo, se utilizou das alterações estatutárias, isto porque, os governos continuarão atacando os trabalhadores, e essa direção sindical burocratizada não erguerá as bases em luta, ao contrário, buscará conter as lutas, para pôr o sindicato a serviço do governo, se utilizando da política de conciliação de classes. Essa situação está levando a APEOESP a se igualar a outras entidades sindicais (CPP, AFUSE, UDEMO, etc.) que nunca ergueram a luta, ferindo sua própria história.

5) ATUAÇÃO DA OPOSIÇÃO

A oposição combativa compareceu com aproximadamente 120 delegados, apresentando sua principal bandeira, de independência política do sindicato frente aos governos,

enfrentando os traidores que somaram com a burocracia decadente.

Na defesa das teses no plenário, foram retiradas 5 teses, todas das correntes ligadas à Oposição Unificada Combativa. Mesmo o PSTU, principal corrente da oposição, retirou sua tese, e defendeu a tese coletiva 8, da Oposição Unificada Combativa.

A Oposição Unificada Combativa não foi capaz de defender um programa unificado em torno da defesa da independência de classe diante dos governos, e a democracia sindical e os métodos de luta das massas, que são as ações diretas, assembleias, greves, comandos, bloqueios, ocupações. A frente de oposição está desorganizada e sem um programa mínimo comum.

Ainda assim, organizou uma plenária no segundo dia de congresso, na tentativa de fazer um primeiro balanço dos dois primeiros dias, bem como tentar organizar-se para uma intervenção conjunta na última plenária. Para tanto, deliberou entrar em bloco na última plenária, com palavras de ordem para demonstrar a força da oposição. No entanto, a ação acabou não acontecendo, em função do atraso dos trabalhos por desorganização da burocracia, e inclusive de uma parcela da própria oposição.

Essa desorganização da oposição também se deu em função da última atividade da Oposição Unificada Combativa, o Seminário no final de julho, que poderia ter sido usado como meio para discussão da atuação em conjunto no Congresso

da APEOESP, foi desviada para debates de conjuntura e marcado pelo caráter não deliberativo.

Está colocada a tarefa de formação de uma fração clássica que defende a política proletária entre os professores no Estado de São Paulo.

6) ATUAÇÃO DA CSM-GL

Nós, da Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora, vinculados ao Partido Proletário Revolucionário Internacionista (PPRI), atuamos no Congresso em defesa da formação de uma real oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin.

Não se trata de organizar uma “oposição de esquerda” ao governo, que vai preparar um terreno eleitoral de disputa sindical ou de cargos no executivo e legislativo.

É necessário erguer uma oposição revolucionária que, apoiada nas reais reivindicações das massas, impulse a unidade na luta, com organização independente, a partir das assembleias de base de fato democráticas, com os métodos próprios da luta de classes, e sob a estratégia da revolução social e do governo próprio das massas, um governo operário e camponês.

Denunciamos que o sindicato está controlado por uma burocracia governista, que deve ser derrubada, e atuamos em defesa da democracia sindical, na defesa da luta pelas reivindicações, e pela real independência de classe. ●

BALANÇO DO V CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS

O Congresso da CSP-Conlutas aconteceu numa situação em que a abandonaram, sindicatos fundamentais para sua organização e sustento, como o ANDES-SN e o SINASEFE. Desidratada pela debandada governista da maioria do PSOL, a CSP-Conlutas se reduziu ao PSTU e várias pequenas correntes políticas, algumas delas que vieram do próprio PSTU, e outras que o orbitam. O que caracteriza uma crise da Central, que deveria ser objeto de discussão e avaliação. Mas isso não ocorreu.

O Congresso foi realizado num espaço já bem menor que os anteriores. A maioria dos presentes durante grande parte do Congresso nem mesmo era delegado, e sim observador ou convidado. Os observadores, ao se cadastrarem, pagavam os R\$ 300,00, e podiam participar das atividades, exceto votar. Quanto aos convidados, muitos deles sequer participavam ativamente dos debates. Assim, o espaço do plenário ficou cheio, mas artificialmente. As votações ocorriam com cerca de 350 crachás a até mais de 700, a depender do dia e do temário. Os delegados eram, na maioria, da velha vanguarda, de sindicatos e de movimentos – a juven-



tude esteve pouco representada.

A redução da Central ao bloco do PSTU e mais poucas organizações pequenas levou a uma maior burocratização e centralização da Central, expressa tanto no 5º Congresso como nas mudanças estatutárias. No Congresso, reduziram-se os espaços de discussão e deliberação política, e ampliaram-se os espaços para o proselitismo da direção e da política do PSTU, que trouxe ao Congresso representantes de sindicatos e da “resistência” ucraniana, dirigentes sindicais da África e da América Latina, apoiadores da frente de esquerda argentina, fez longas leituras de manifestos de setores de grupos das opressões, trouxe vários dirigentes indígenas, quilombolas, etc. Tudo para

dar um verniz de um “congresso internacionalista”, “inclusivo” e preocupado com todas as questões, de cada setor.

Quanto aos estatutos, houve três votações de mudanças, todas elas ligadas ao mesmo objetivo. Destacou-se a modificação da forma de eleição da Secretaria Executiva Nacional (SEN). Aliás, a mudança foi feita já antes, porque já se anunciava previamente ao Congresso que se elegeria diretamente a direção no último dia, antecipando-se à decisão dos delegados, e configurando uma imposição burocrática, ao adiantar o resultado da votação. Antes, a eleição da direção se dava na Coordenação Nacional, que se reunia a cada dois meses e elegia a SEN. Essa forma de eleição da direção acomodava PSTU e PSOL na

direção, de forma a preservar a unidade burocrática. As relações de forças e os acordos entre os aparelhos sindicais e populares de cada corrente se impunham, às costas das bases. Com a debandada de amplos setores do PSOL, e a redução de recursos financeiros para reunir a coordenação a cada dois meses, o bloco do PSTU decidiu pela eleição da SEN diretamente no Congresso em que tem ampla maioria, e a fixou até o próximo Congresso, com possibilidade de reeleição sem fim. Isto porque a proposta historicamente defendida por Zé Maria (ex-candidato a presidente pelo PSTU), de haver apenas dois mandatos, foi derrotada pelo mesmo PSTU.

(...) a “oposição de esquerda” é de oposição à extrema direita e ao governo Lula/Alckmin. Está organizada para atuar nas frentes em eleições sindicais e nas eleições burguesas. Expressa a historicamente defendida pelo morenismo unidade “nas lutas e nas urnas”.

Outra modificação estatutária indicou as mudanças na composição social e no enfraquecimento da ligação da Central à classe operária, assim como expressou o desespero do PSTU para equacionar a redução de sindicatos na central, com crescimento do peso organizativo dos movimentos. Trata-se da alteração de 5% para 10% da presença e composição dos movimentos sociais (quilombolas, movimentos contra opressões, etc.), na escolha de delegados e para instâncias de direção. Essa medida tanto procura manter artificialmente a Coordenação, esvaziada pelo PSOL e satélites, quanto ampliar o número de filiados e de cotizações para suprir os abalos ao caixa sindical, resultado de sua debandada.

INTERNACIONAL: AO LADO DA OTAN CONTRA A RÚSSIA

A Central teve parte dos debates tomada pelas manifestações de apoio ao armamento da Ucrânia pela OTAN contra a Rússia, apontada como “imperialista”. Uma grande bandeira da

Ucrânia foi pendurada junto à mesa do plenário, e outras de sindicatos ucranianos. Abriu-se a palavra por bastante tempo aos sindicalistas e à representante da resistência ucraniana, com direito a tradução simultânea.

Além da bobagem de caracterizar a Rússia como “imperialista”, porque essa conclusão leva a que se formule a possibilidade de surgimento de novas potências imperialistas na fase de decomposição do capitalismo – e abre a possibilidade de um novo desenvolvimento capitalista das forças produtivas mundiais, portanto, não caberia a revolução socialista na atualidade, e sim apenas reformas – a política do PSTU se coloca ao lado das potências imperialistas na guerra, quer dizer, da burguesia mundial. Jamais o proletariado pode colocar-se ao lado da burguesia mundial, contra qualquer outro país, sob qualquer governo. É seu dever se colocar contra as potências que exercem a opressão nacional em todo o mundo – OTAN e Japão –, o que não quer dizer apoiar os governos dos países atacados.

O que mais chama a atenção sobre essa posição pró-imperialista são alguns de seus argumentos, particularmente o de que Putin exerce uma ditadura. Ou seja, enxergam a possibilidade de obter a ajuda das potências imperialistas porque elas são “democráticas”. E enxergam no governo burocrático bonapartista de Putin a ditadura, que deve ser combatida em toda parte. Ignoram completamente as bases econômicas e sociais do conflito bélico. Ignoram completamente a importância de se preservar a propriedade nacionalizada pelas revoluções proletárias na Rússia e China. Ignoram completamente que as potências imperialistas estão em franco declínio econômico, precisam destruir os estados operários degenerados pelas burocracias, e com isso desintegrar suas forças produtivas, para abrir caminho a uma nova fase de recomposição capitalista, semelhante à da pós 2ª Guerra Mundial, decadente desde a crise do petróleo dos anos de 1970, e esgotada no século XXI. Ignoram que as democracias burguesas estão em decadência, justamente por conta de suas bases materiais, que estão se decompondo no mundo todo, e abrindo

espaço à extrema-direita. Ignoram que até a mais ampla democracia burguesa não passa de ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados. E que se deve defender mesmo um país com uma “ditadura” nacionalista burguesa contra as forças do imperialismo, como já se fez no passado.

NACIONAL: A DEFESA DA ‘OPOSIÇÃO DE ESQUERDA’ DOMINA AS FALAS DA MAIORIA E DA MINORIA

O PSTU defendeu o voto na frente ampla de Lula/Alckmin no 2º turno das eleições de 2022, contra Bolsonaro. Assumiu uma posição de perda da independência de classe, pois, qualquer governo eleito seria burguês, e serviria para aprofundar as contrarreformas e demais medidas de proteção ao capital financeiro internacional e grande capital, apesar de suas diferenças de forma. Assimilou a política reformista de que a votação em Bolsonaro expressou o “tamanho” da extrema direita no Brasil. Esqueceu-se de que as eleições são o campo próprio da disputa entre as frações da burguesia, e expressam suas movimentações. A burguesia brasileira segue a burguesia mundial, e caminha para a direita, seja com discurso fascizizante ou reformista e nacionalista. Dividiu-se entre as duas candidaturas burguesas, uma apoiada pelo imperialismo e grande capital nacional (Lula/Alckmin) e outra apoiada por setores do garimpo ilegal, desmatamento, agronegócio e grande comércio (Bolsonaro). Não havia nenhuma candidatura classista para as massas se manifestarem por ela.

Essa política levou o PSTU ao caminho da formação do bloco a favor do governo, contra os bloqueios de rodovias, e os atos golpistas de 8/01 em Brasília. Submeteu-se à bandeira do “Abaixo o Golpe”, quando não havia nenhuma condição material para um golpe, militar ou institucional. Esgotada por inanição essa política frentista, passou a assimilar a “luta contra a extrema-direita” (pretexto dos governistas para não unificar as lutas contra o governo), combinada à luta “contra a corrupção”, que é a forma dada para sua oposição ao governo Lula/Alckmin. Assim, a “oposição de esquerda” é de oposição à extrema direita e ao governo Lula/

Alckmin. Está organizada para atuar nas frentes em eleições sindicais e nas eleições burguesas. Expressa a historicamente defendida pelo morenismo unidade “nas lutas e nas urnas”.

Ao redor dessa posição, orbitam as correntes presentes no 5º Congresso, exceção da Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora (CSM-G.Lora), que criticou a política de “oposição de “esquerda” e defendeu a organização da oposição revolucionária ao governo, em suas teses, manifesto e fala. Apesar das diferenças que cada corrente aponta em relação à política do PSTU, todas se subordinam à defesa do conteúdo da “oposição de esquerda”, ainda que com outro nome, porque se subordinam ao suposto combate “ao governo e à extrema-direita”. Mesmo quando se declaram “revolucionárias” ou “independentes”, aguardam que a ala esquerda do governo se junte a ela, porque, em comum, têm a oposição “às tendências fascistas”. Este caminho permitiu, por exemplo, que o PSTU fizesse chapa sindical com o PT em Minas Gerais, porque combate o governo Zema, de “ultradireita”, ou que a maioria do PSOL esteja com a burocrática Articulação Sindical na APEOESP, para “combater” o governo de Tarcísio.

QUE BALANÇO SE FAZ DA CRISE NA CSP-CONLUTAS?

Era de se esperar que o ponto do balanço político da Central ocupasse seu devido lugar. Mas foi substituído por um autoelogio generalizado, que não se debruçou sobre:

- a) a política nos anos da mais dura Pandemia, em que a Central entregou o destino das bases aos capitalistas e seus governos, por meio da política burguesa de isolamento social (um tipo de quarentena de classe), fechou seus sindicatos, não impulsionou as greves que ocorreram no período (e apoio a MP936, de rebaixamento salarial);
- b) o seguidismo às manifestações do “Fora Bolsonaro”, que estavam subordinadas ao calendário do Congresso Nacional (Impeachment, CPI da Covid, etc.), e apontavam como saída à crise a eleição de um novo governo;
- c) a subordinação à chapa Lula/Alckmin, no 2º turno das eleições;
- d) a falta de uma política de real inde-

pendência de classe durante os primeiros meses de governo, fazendo chapas nos sindicatos com governistas e se subordinando a eles nos movimentos.

PERSPECTIVAS DA CENTRAL

A redução física da Central pela desbandada governista de direções sindicais deveria servir para uma completa mudança da política da CSP-Conlutas, em direção à real independência de classe. Mas, isso somente poderia acontecer se, em seu seio, tivesse se forjado uma fração revolucionária oposicionista à política democratizante e oportunista do PSTU. O definhamento da Central e o retrocesso político da vanguarda organizada na Central pode ser ainda verificado nos processos de escolha dos delegados (como a eleição por “acordo” entre as correntes, entre os professores de São Paulo, ignorando a discussão e decisão das bases).

Em oposição a isso, muitos delegados foram eleitos em assembleias de centenas de trabalhadores, nas bases. Mas, na ausência de uma política de real independência de classes, serviram de suporte a uma burocracia de esquerda que ampliou a burocratização da central, e a subordinou à política democratizante do PSTU.

O definhamento da Central expressa um percurso histórico marcado pelo divisionismo sectário e os interesses corporativos e econômicos de correntes centristas que se acomodaram às mudanças impostas pela burguesia à estrutura sindical para dela tirar proveito, visando a fortalecer seus aparatos político-partidários e seus interesses aparelhistas.

A CSP-Conlutas surgiu a partir da Reforma Sindical, que permitiria que centrais negociassem por cima dos sindicatos, ou fundassem novas organizações na mesma base. Em vez de combaterem a imposição da burguesia e de seus governos sobre a organização sindical, as direções se adaptaram a ela, e iniciaram um processo de fragmentação da organização sindical, com a fundação de mais de uma dezena de centrais sindicais. A isso se chamou erradamente de “reorganização da classe trabalhadora brasileira”. De fato, os trabalhadores não fizeram nenhum movimento de ruptura e formação de novas centrais, mas sim suas

direções sindicais. Foi um movimento de aparatos, que ludibriou muitos ativistas classistas do movimento.

Hoje, o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin conseguiu uma enorme centralização política da esmagadora maioria dos partidos burgueses, e também da maioria das correntes e organizações de esquerda e sindicais.

De forma que já não existe espaço para uma política democratizante de esquerda. O desenvolvimento da crise capitalista obstaculiza a política democratizante da pequena burguesia de se ampliar e firmar. A luta de classes se agudiza, polarizando o choque entre explorados e exploradores. Não por acaso, a democracia burguesa se estreita em toda parte. Os governos de esquerda assumem a agenda das políticas direitistas da burguesia. Colocar a CSP-Conlutas a reboque dessa política burguesa, ou tentar desenvolver uma política democratizante pequeno burguesa, sem condição para se firmar, só terá como resultado o aprofundamento de sua crise.

Somente com uma política de real independência de classe, de oposição revolucionária ao governo, a CSP-Conlutas poderia se apoiar nos movimentos para dar-lhes expressão organizativa de unidade nacional, organizando as frações revolucionárias no interior dos sindicatos governistas, e lutando pela unidade organizativa sindical e pela expulsão das burocracias direitistas e governistas, para organizar a classe operária e demais assalariados como uma só força coletiva, em choque contra a burguesia, sob o programa revolucionário do proletariado.

Mas esse caminho foi e é rechaçado pela sua direção. As massas começam a sair em luta contra o governo e a burguesia, por suas reivindicações mais sentidas. Enquanto não alcançarem sua independência de classe, ainda seguirão arrastadas eleitoralmente pelas frações da burguesia, ou protestarão instintivamente, boicotando ou votando em branco ou nulo. A organização de um partido de fato revolucionário e internacionalista lhes permitirá avançar, pela sua própria experiência, para a revolução proletária. Para isso, terão de superar a direção centrista e democratizante da CSP-Conlutas, como parte da superação geral de suas direções burocráticas de todo tipo. ●

O QUE LEVOU À GREVE GERAL DA USP

A greve foi aprovada no dia 21/09, depois de meses de suas tendências se manifestarem ao longo do primeiro trimestre, e apesar dos bloqueios e desvios erguidos pelas direções estudantis. No primeiro semestre de 2023, houve paralisações, assembleias da Letras e EACH, plenárias dos três setores e negociações, e até a ocupação da EACH em defesa de contratação de professores, aumento da quantidade e do valor pago nas bolsas estudantis, dentre outras reivindicações. As tendências grevistas se vinham manifestando como resposta instintiva dos estudantes, diante de anos de sucessivos ataques às condições de permanência estudantil, falta de professores e funcionários, de avanço ao privatismo, ou seja, como resposta à destruição das condições que garantem o direito democrático à educação pública.

O primeiro semestre foi uma clara demonstração de que, sem luta, a reitoria continuaria com o curso de desmantelamento e privatismo. Com a divulgação do primeiro resultado do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), ficou claro que muitos estudantes continuavam e continuariam no futuro sem serem contemplados com a bolsa de permanência estudantil. A proposta da “Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento”, ou PRIP, não incluía mais que um quarto dos estudantes de graduação que a reivindicavam, e ocorria no marco da constante redução do orçamento universitário. O “Programa de Apoio à Permanência Estudantil” caía, de R\$ 226 milhões, em 2019, para R\$ 188 milhões, em 2023: redução de quase 17%. Enquanto isso, seguia sem resolução a “reforma” do bloco D, do Conjunto Residencial da USP (CRUSP), e se aprofundava a política de “tolerância zero” a moradores irregulares – estudantes não contemplados pela burocracia para a vaga na moradia, mas sem alternativa para garantir a permanência.

Estudantes dos cursos mais afetados, e também daqueles que recém começam a sentir as consequências de falta de professores, que não conseguiam finalizar seus cursos, ou então se achavam diante as ameaças de fechamento, resultavam em turmas superlotadas e falta de vagas, impossibilitando, em muitos casos, a efetivação de matrículas e conclusão dos cursos. Enquanto isso, se reduzia o número de funcionários e técnicos necessários (a exemplo da recente demissão, sem reposição, de 26 funcionários do Instituto de Oceanografia, IO) ao funcionamento da universidade e ao de cursos especializados (Escola de Artes Dramáticas), e a terceirização e sucateamento dos serviços, a exemplo dos bandejões, que resultaram na redução dos alimentos listados nos cardápios, insuficiência de alimentos e redução/extinção dos horários de atendimento aos fins de semana. A redução de funcionários em áreas de manutenção, por sua vez, levou à degradação das condições locais e técnicas do ensino, com recorrentes problemas de infiltração, desabamentos, quebra de equipamentos, etc.

Ficou evidente que as bolsas estudantis são insuficientes em seus valores e número. A falta de professores acaba ameaçando o normal funcionamento das aulas, fechando cursos e expulsando mais estudantes da universidade. As moradias, já profundamente sucateadas, são permanentemente reduzidas em seu número, e ameaçadas pela privatização.

Os restaurantes, na sua maioria privatizados, não atendem as necessidades. O Hospital Universitário (HU) está cada vez mais precarizado em seu atendimento. A creche, fechada há mais de cinco anos, continua abandonada, e a falta de vagas é cada vez maior. Trata-se da política privatista, que sucateia e destrói as condições objetivas que garantem o ensino público. Essa destruição acelerada das condições de estudo e ensino públicos refletem os interesses privatistas da burocracia universitária e do governo do Estado, manifestando-se, tanto nas medidas feitas para destruir o caráter gratuito da moradia – com projetos de cobrança de aluguel – como naqueles ataques voltados a terceirizar os serviços realizados por funcionários da própria USP – limpeza, zeladoria, segurança, etc. Tais interesses também se manifestam nos restaurantes universitários e nas linhas de ônibus que operam no campus que, incapazes de suprir a demanda e em redução permanente dos serviços, acabam afetando a permanência e deslocamento dos estudantes, enquanto servem ao parasitismo da burocracia universitária e das empresas, que obtêm elevados ganhos na superexploração do trabalho terceirizado, aumentando os preços dos transportes, enquanto reduzem os custos de operação, abrindo caminho aos interesses imobiliários privados.

A tendência de luta entre os estudantes e a necessidade de combater os avanços à destruição das condições de estudo e ensino ganhava expressão nos diversos cursos, que colocavam a necessidade da greve, e na participação dos espaços de debates e deliberação da universidade, etc. Essa tendência se manifestava mais aberta e decididamente na Letras. As Comissões de alunos criadas (alemão, espanhol, italiano, coreano, chinês, russo, japonês, etc.) reuniam-se periodicamente, para debater pautas e medidas de ação contra a permanente falta de professores, inclusive perante as ameaças de fechamentos de cursos, pela decisão da Reitoria, de não contratar professores para cobrir as vagas por demissões e aposentadorias. Sabia-se do plano da Reitoria, de fechar cursos sem professores e, paralelamente, abrir caminho para que vários cursos possam ser oferecidos de forma privada, aproveitando as instalações da Letras para enfiar dentro delas cursos pagos.

É preciso notar também que a USP tem incorporado uma quantidade significativa de cotistas nos últimos anos, que vêm das escolas públicas, de famílias empobrecidas, e com a experiência de mobilizações no ambiente escolar. Essa massa, presente em todas as unidades, é um terreno mais favorável à mobilização que o da pequena burguesia abastada que dominava algumas unidades (FEA, Poli, etc.). Nessas unidades, tem acontecido o conflito aberto entre os grevistas e os pró-reitoria/governo. Um outro elemento importante é o fato de a atual reitoria ser fruto de uma aliança entre petistas e alckmistas (ala ligada a Geraldo Alckmin), e expressar politicamente a direitização desses setores, que se tornaram mais intransigentes e repressivos, acompanhando a direitização geral da burguesia brasileira, e, em particular, da paulista.

O ataque generalizado em todas as frentes por parte da reitoria, da burocracia privatista e do governo do Estado, se realiza sobre toda a USP, e afeta todos os cursos, em maior ou menor medida. Essa destruição das condições objetivas que garantem o estudo e ensino para todos impulsiona a

tendência de luta geral dos estudantes, embora ela se manifestasse mais radicalmente nos cursos, a exemplo da Letras, que mais sofrem dessa política privatista e do desmonte. A real dimensão dessa tendência objetiva grevista se mostrou inicialmente de forma espontânea, revelando um enorme potencial da greve, para conseguir impor à reitoria o reajuste e ampliação do número das bolsas estudantis, bem como a contratação de professores e funcionários em número que reverta o quadro de acúmulo decrescente de quase uma década. Essa possibilidade, contudo, se choca com a atual política do Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE, dirigido pelos movimentos Juntos (PSOL), Correnteza (UP) e UJC (PCB)), a qual se manteve no primeiro semestre contra a convocatória de uma assembleia geral e, agora, quando não conseguiu mais impor o imobilismo, conduziu uma assembleia de deflagração da greve que fosse condicionada ao quadro imposto pelos aos projetos da Reitoria, negando-se a aprovar, nas duas assembleias posteriores, a aprovação de uma pauta com número concreto de contratações de professores e funcionários necessários, e defender a bolsa estudantil a todos no valor de um salário mínimo, como plano de reivindicações que fortaleça a luta unitária, e assim abrindo caminho às negociações particulares por curso.

Há um conjunto de 23 reivindicações levantadas nas unidades, que corresponde à grande quantidade de necessidades gerais e particulares dos cursos e movimentos (indígena, por exemplo). No entanto, a reitoria/governo só vão atender as reivindicações particulares, se sofrerem uma dura derrota política quanto às reivindicações gerais, que são as que construíram a grande unidade grevista. O contrário também é verdadeiro: se as negociações se centrarem nas reivindicações particulares, a reitoria/governo terá força para não atender as reivindicações gerais, e o movimento será derrotado. A tão clamada unidade entre estudantes e trabalhadores reside hoje apenas nisso, em palavras. Porque, na prática, a direção, por meio da comissão de negociação, retirou arbitrariamente da negociação a defesa das reivindicações dos funcionários, e não pode existir unidade real, concreta, prática, sem as reivindicações unitárias.

PERCURSO DA GREVE

No dia 23/03, ocorreu uma reunião do Conselho Universitário (CO) da USP. Naquele momento, a permanência estudantil teve destaque entre os pontos debatidos, perante a implementação de um novo regimento para o CRUSP, que imporá uma série de restrições à obtenção de novas vagas de moradia, e que, após o fechamento do bloco D, tiveram uma redução de entre 10% e 15%. Quanto aos funcionários, substituiu-se a proposta de reajuste salarial – compatível com a inflação (que, em relação a 2012, acumula perdas de 26%, segundo o Sintusp) – pela “gratificação” (pagamento de bônus que não computa no salário, nem nas aposentadorias) de acordo com o ano de ingresso, bem como prêmios por “excelência” a funcionários e docentes, de acordo com a produtividade.

As direções da Adusp e do Sintusp mostraram que estavam dispostas a se acomodar à proposta da Reitoria de “gratificações” e “prêmios de excelência” para docentes e funcionários, em contraposição ao reajuste real dos salários e novas contratações. Entre os estudantes, no entanto, crescia a indisposição e revolta contra a falta de respostas à destruição das con-

dições do estudo e ensino. As paralisações e atos, ainda que reduzidos e controlados pelas direções estudantis, indicavam que crescia o descontentamento e a disposição dos estudantes para travar uma luta geral por mais bolsas de permanência e contratação de professores, como vinha acontecendo na FAU, FFLCH e EACH. A tendência grevista latente se chocava, de toda forma, com as direções dos CAs, que atuaram para manter os movimentos isolados em suas respectivas unidades. A direção do DCE continuou, no primeiro semestre, completamente omissa quanto a convocar uma assembleia geral, para que as bases decidissem como organizar a luta unificada em defesa da permanência estudantil e contratação de professores e funcionários. Procurou, por meses, desviar o debate por meio dos conselhos dos centros acadêmicos.

Apesar dessas manobras, a tendência de luta surgia e se estendia, entre um setor da vanguarda, a percepção da necessidade da greve. Já desde a paralisação do dia 10/5, a luta pela contratação de professores adquiriu uma forma mais nítida, como pauta objetiva e imediata. Espalharam-se as informações feitas por professores, a partir da Comissão de Claros Docentes (CCD), já desde o ano passado, de que houve perdas significativas no quadro docente, pela não reposição de cargos por aposentadorias, exoneração, demissão ou falecimento. A CCD, porém, deliberou que apenas metade dos casos mais urgentes seriam contemplados, mas sendo distribuída segundo critérios de “mérito acadêmico”, e não pelas reais necessidades e urgências. O que abria caminho à disputa e negociações particulares de cada unidade com a Reitoria, na concorrência por essas vagas insuficientes. Isto sem sequer ter qualquer proposta de discutir com os estudantes, os principais afetados, o critério e número de contratações.

Tudo isto acontecia enquanto se anunciavam mais demissões no Hospital Universitário (HU), de funcionários no Instituto de Oceanografia, etc., alegando falta de recursos e necessidade de corte de gastos. Mas, a mentira foi revelada quando se noticiou que a USP conta com mais de R\$ 8 bilhões em caixa, à espera de serem aplicados, inclusive na contratação e pagamento de docentes e funcionários. Os estudantes conseguiram entender que o desmonte não se deve à falta de recursos, visa objetivamente a uma crescente privatização. O fechamento de cursos e redução de quadro docente das unidades é uma medida para privatizar, e posteriormente comercializar, os cursos mais lucrativos, pela sua demanda efetiva e de interesse da burguesia, ao mesmo tempo que se enxugam e desmontam aqueles menos lucrativos à exploração privada, obrigando os estudantes a pagar ou abandonar os estudos. Para isso, a Reitoria precisava objetivamente que as direções estudantis mantivessem isoladas as unidades o quanto fosse possível, para negociar migalhas em separado, visando a abortar a tendência unitária de luta, surgida das condições gerais de destruição do ensino e estudo na USP como um todo.

No dia 6 de junho, com a ausência de resposta da reitoria diante da falta de professores, e de sua negativa em discutir com as direções estudantis de cursos e estudantes afetados pela não concessão de bolsas, da devolução dos blocos, em reforma (D), ou desocupados há anos (K e L), foi convocada pelo DCE a primeira paralisação geral dos estudantes, e convocado um ato público no P1 (Portão de acesso nº 1), e uma plenária convocada para decidir os rumos e passos que deveria dar o movimento. Porém, as direções estudantis desfizeram o tran-

cação do P1, após se subordinar às imposições autoritárias da PM, de que não haveria como permitir um ato que fechasse o acesso à USP. Passando por cima dos protestos e negativas de correntes e independentes presentes, a direção teve a desfaçatez de responsabilizar os CAs e estudantes por não mobilizar os cursos. Essa acusação pretendeu acobertar que a direção do DCE não convocou assembleias gerais, e fazia de tudo para evitar que as tendências de luta ganhassem força.

No dia 22/06, foi convocada a primeira Assembleia Geral dos estudantes do ano. A direção do DCE a convoca sob a proposta da plenária dos três setores do curso de Letras, ainda que tenha tentado, antes de “aceitar” a convocação, impedir que a proposta fosse votada. Nessa plenária, foi aprovado também um ato unificado para dia 27/06, em frente à reitoria, durante reunião do Conselho Universitário (CO). De forma que a Assembleia Geral dos Estudantes seria realizada no dia do ato unificado (25/06), às 17h. Porém, não houve qualquer esforço da direção do DCE de organizar a convocatória, nem dos CAs em realizar assembleias de curso, para que os estudantes participassem massivamente do ato e da Assembleia posterior. Desmarcada em cima da hora pela direção do DCE no dia 25/06, se encerrava o primeiro semestre, bloqueando as tendências de luta de se manifestarem. Havia o claro objetivo de abafar as tendências grevistas e favorecer a paralisia, para garantir que o segundo semestre repetisse a farsa das negociações de cúpula e isoladas, com a Reitoria.

Mas, as condições objetivas acabariam superando inicialmente esses obstáculos, e impulsionaram as tendências de luta que se manifestaram com toda sua força. A Reitoria e o Conselho Universitário (CO) não apenas estavam dispostos a manter, como a agravar o quadro de desmantelamento e destruição das condições de trabalho e estudo, destroçando as condições que garantem o direito democrático dos estudantes, de terem acesso e realização plena das condições objetivas de uma educação pública, gratuita, laica e científica para todos. A precarização das condições de trabalho dos funcionários e seu rebaixamento salarial, a não reposição de contratos de professores de acordo as necessidades reais dos cursos, e os permanentes ataques à permanência estudantil, expressando os interesses da reitoria e empresas particulares – que têm aberto condições para o avanço do privatismo sobre a universidade, por meio da terceirização de serviços, como segurança, zeladoria, restaurantes universitários etc. – e o aumento de parcerias com empresas privadas (especializadas em gerenciamento de moradias estudantis), criou um abismo insuperável às negociações isoladas e particulares com cada unidade, e rapidamente colocaram em choque as necessidades gerais dos estudantes contra a política da casta burocrática privatista.

Para conquistar as reivindicações, os estudantes foram levados a manifestar sua revolta e, apoiados nas profundas tendências de luta e grevistas, superar as manobras da direção de adiar a greve. Demonstrou-se o completo fracasso da política burocrática de negociar no campo em que a burocracia universitária impõe, e a farsa das negociações e reuniões particulares e individualizadas por cursos, que não poderão barrar o caminho do desmantelamento das condições de ensino e estudo. As tendências objetivas, surgidas das reais necessidades dos estudantes, acabaram se impondo na deflagração da greve. A imposição da paralisação de toda a USP

correspondia, assim, às necessidades concretas da luta dos estudantes, contra a burocracia universitária, e se chocavam com a política de conciliação de classes de suas direções.

A POLÍTICA DAS DIREÇÕES ESTUDANTIS

O PT não compõe a direção do DCE, que está sob controle do Juntos (PSOL), Correnteza (UP) e UJC (PCB). O PSTU tem sua base na direção do Centro Acadêmico da Letras (Caell). Apesar de estarem em oposição formal umas com as outras, há uma grande unidade política em relação à greve estudantil. O MRT procura se potenciar sem se chocar abertamente com as demais correntes.

As direções foram empurradas à greve por uma tendência de luta irresistível nas bases. Há unidades em que a greve foi aprovada em choque aberto com a direção dos CAs. Em maior ou menor grau, a falta de professores e funcionários, e a negativa das bolsas e moradias, insuflou a maior parte dos estudantes em todas as unidades. Note-se que essa tendência é parte das tendências gerais grevistas no país, em que se realizaram 558 greves, só no 1º semestre. A greve da USP não acontece, portanto, isolada dessas tendências, mas é seu reflexo no movimento estudantil da ação daqueles que sofrem dos mesmos ataques às condições de vida, trabalho e estudo por toda parte.

Na contramão dessas tendências, existe uma grande unidade política das direções sindicais, populares, camponesas, indígenas e estudantis, ao redor do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Até as correntes que se proclamam oposição subordinam as reivindicações das massas à “luta contra a extrema direita” (o que significa, na prática, não atacar o governo por meio da luta de classes), e à disputa eleitoral/parlamentar.

Dessa forma, a tendência geral das direções é a de se opor ou conter ao máximo possível as lutas e greves. Veja-se que a “combativa” direção do Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP) se tem oposto à aprovação de greves, e favorável aos acordos com a reitoria/governo, e se chocam com setores das bases. O sindicato docente (Adusp), que expressa o setor mais conservador da USP, aprovou greve de apoio aos estudantes, embora a base não demonstre até agora disposição para uma grande mobilização.

As direções estudantis estiveram, desde o 1º semestre, pela negociação e acordo com a reitoria/governo sem greve. As tendências de luta que se projetaram em alguns cursos, (especialmente na EACH e Letras), foram mantidas isoladas e fragmentadas, quando poderiam servir de base para se construir um forte movimento grevista desde então. Somente quando a greve se tornou irreversível, as direções se colocaram à sua cabeça.

A direção do DCE se opôs a aprovar, desde a 1ª assembleia, um número de professores e funcionários que servisse de pauta unitária de reivindicações. O PSTU apoiou essa linha, apesar de o curso de Letras já ter pesquisado, discutido e aprovado a carência docente, assim como Geografia e outros. As direções puderam manejá-la com falas de 10 minutos de representantes de sindicato ucraniano, de estudante estadunidense, com dezenas de informes que na verdade eram falas, etc. Com a assembleia composta apenas pelas correntes e partidos, foi fácil aprovar as resoluções das direções. A resolução de construir

um número a partir das unidades, para somente depois definir o número geral, resultou na indefinição, e depois num número insuficiente, abaixo daquele do próprio plano da reitoria, de contratar 879 professores até 2025. Essa conduta covarde da direção permitiu que a reitoria sequer apresentasse qualquer proposta na 1^a reunião, que somente resultou na marcação de uma 2^a reunião. A direção também se negou a aprovar um ato em grandes avenidas, para enfrentar o governo, tentando manter a greve no quadro da USP.

O comando de greve, eleito nas assembleias de curso, escolheu uma comissão de negociação, cuja 1^a decisão foi retirar as reivindicações de funcionários da pauta a ser apresentada à reitoria. Na reunião, a reitoria novamente não apresentou nenhuma proposta, e aproveitou a disposição da comissão em priorizar o debate sobre o gatilho automático (que repõe imediatamente os professores de acordo com aposentadorias e outras baixas), para dispersar a conversa. Ao ponto da vice reitora abandonar a reunião após 15 minutos de iniciada. Sem nenhuma proposta concreta da reitoria, as direções passaram a discutir que o número definido pelo comando de greve (1.683 professores), seria apenas “o ideal do ideal do ideal”. De todas as maneiras, a direção se mostra disposta a discutir o número nos marcos do plano estabelecido pela reitoria, atendendo parcial e imediatamente os cursos mais precarizados, e preservando suas metas de contratação.

A 2^a assembleia aprovou um ato de rua, que se limitou à ida ao Largo da Batata, sem afetar seriamente os negócios da burguesia. A 3^a assembleia foi voltada fundamentalmente a aprovar um calendário para a semana, deixando a votação de reivindicações e da comissão de negociação para o fim, de modo a que somente as correntes decidissem sobre esses pontos essenciais. Sob a pressão das bases, foi votada uma ida até a Av. Paulista, que seguiria a participação na paralisação contra as privatizações em São Paulo, no dia 03/10.

A mesa dessa assembleia manobrou como pôde para não votar a forma como deveria agir a comissão de negociação. Chegou ao ponto de não ler para a assembleia a proposta de votar condicionantes para a negociação, apresentando-a como mera repetição das reivindicações de contrações. E teve como último ponto o “referendo” à comissão de negociação indicada pelo comando, de forma que agora as direções podem negociar como quiserem as reivindicações, e a reitoria agradece muito, pois não precisará sequer oferecer uma proposta quanto às demandas que moveram os estudantes à greve.

As direções têm transformado as assembleias em manobras de aparelhos, que não decidem nada e apenas resolvem aspectos secundários. A soberania e deliberação das assembleias, princípio elementar da democracia direta (operária), tem sido substituída pela autonomia e caráter deliberativos dos organismos executivos (comando, comissão de negociação), que apenas deviam pôr em prática e se subordinarem às decisões coletivas das assembleias. A imposição dessas manobras nas assembleias está de acordo com o objetivo da reitoria/Governo, assim como dos partidos e correntes de base da frente ampla burguesa, de impedir que a greve se fortaleça e, apoiada nas reais necessidades dos estudantes, consiga radicalizar e projetar o movimento em choque contra a burguesia e a casta burocrática privatista que destrói a educação pública.

A greve tem duas perspectivas diante de si: ou as direções conseguem manter a política de negociação nos marcos

estabelecidos pela reitoria, e que resultará no máximo em migalhas sobre questões particulares; ou o movimento se radicaliza e acaba ultrapassando as direções, impondo condicionantes à reitoria, radicalizando os métodos de luta, e derrotando Carlotti/Tarcísio por meio da ação direta de massas.

O PROGRAMA, OS MÉTODOS E A POLÍTICA PARA QUE A GREVE SEJA VITORIOSA

As grandes manifestações e movimentos de massa são movidos pelas contradições objetivas impostas pela decomposição capitalista às condições de vida e trabalho – no caso dos estudantes, do estudo. A greve geral estudantil em todas as unidades da capital e parte do interior somente se ergue por causa das necessidades mais sentidas, imediatas e gerais, que nesse momento residem nas contrações e nas bolsas estudantis. A greve obteve a unidade entre os estudantes, o apoio de parte dos professores, mas os funcionários se mantiveram alheios, em grande parte por conta da política da direção, que não está pela unidade grevista.

Ainda assim, apesar e contra a vontade das direções, os estudantes ainda levantam como reivindicação a contratação de funcionários e atendimento da pauta dos trabalhadores. Uma pauta unitária de reivindicações é condição para um movimento realmente unificado.

O reitor é um subordinado ao governo estadual. É indicado pelo governador, a partir de uma lista tríplice, elaborada pela burocracia dirigente. A greve estudantil da FFLCH de 2002 já tinha provado, mas é importante reafirmar que foi a pressão sobre o então governador Geraldo Alckmin que levou à contratação dos 92 professores na ocasião. Um movimento com uma reivindicação tão premente e grande depende da força política necessária para mover o governo a ceder às demandas. Daí que é indo às grandes avenidas, afetando a economia, e ganhando apoio da população assalariada, que se torna possível derrotar o reitor e o governo. A força dessa mobilização, que conquiste as principais demandas, permite impor a discussão de reivindicações específicas.

A greve tem a tarefa de derrotar uma política geral privatista para a universidade. Essa política privatista é imposta em todo o ensino público, nos níveis federal e estadual. E foi assimilada pela maior parte dos professores universitários, e é posta em prática pela burocracia universitária. A vitória da greve não será o fim da guerra a ser travada com os privatistas, mas pode ser um passo importante nessa trajetória. Para seguir em frente, no entanto, será preciso superar as direções conciliadoras e subordinadas, que só têm em mente as vantagens eleitorais e de aparato sobre o movimento e as reais necessidades dos estudantes. Para avançar na luta em defesa do ensino público e gratuito, os estudantes terão de ajustar as contas com suas direções, ultrapassando-as na mobilização. A vanguarda que surge na greve pode elevar sua consciência política coletiva, e passar por cima da política conciliadora das direções, a qual só pode conduzir o movimento à derrota.

É pelo caminho da vitória política do movimento grevista que trabalhamos. Por isso, estamos em choque permanente contra as atuais direções e seus satélites. Trabalhamos para construir a real independência de classe diante dos governos e partidos burgueses, o que significa na prática derrotar as direções conciliadoras, e erguer uma direção revolucionária para o movimento. ●



11 de setembro de 1973

50 anos do golpe militar sangrento no Chile

Há 50 anos, um golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet derrubou o presidente Salvador Allende, e implantou uma ditadura militar pró-imperialista e assassina. Por trás do golpe, estavam os Estados Unidos e sua CIA, com apoio de organizações fascistas chilenas. Allende proclamava a possibilidade de uma via pacífica ao socialismo, por dentro das instâncias da deformada democracia burguesa. Seu partido, a Unidade Popular (UP), tinha apoio junto ao proletariado, urbano e agrícola, e a baixa classe média das cidades. O PC chileno o apoiou na sua aventura reformista. Sem maioria no Congresso, a UP não tinha como sustentar as medidas nacionalistas de Allende, que contrariavam os interesses do capital financeiro estadunidense. Allende tinha atendido a pressões dos setores mais reacionários das forças armadas, nomeando como seu comandante o general Augusto Pinochet. Não conseguiu impor um estado de sítio para conter os choques sociais em curso, por conta da crise econômica. Os EUA aproximaram a 4ª frota de sua marinha das costas chilenas, para garantir as ações golpistas, e depois do golpe entraram em território chileno. 33 caças e aviões de observação aterrissaram na fronteira argentina com o Chile. As prisões de milhares de militantes ou apoiadores da UP e demais organizações de esquerda podem ser medidas pela necessidade de ocuparem o Estádio Nacional de futebol. Durante os anos da ditadura, mais dezenas de milhares foram presos e as-

sassinados. O governo de Pinochet pôs fim a uma crescente organização proletária no país, que erguia seus cordões operários, ligando os vários movimentos fabris e criando condições para exercer o controle operário. A política traidora do PC chileno, de apoiar o nacionalismo burguês e não alertar as massas para as ameaças golpistas que vinham dos EUA, deixou os explorados sem uma perspectiva de independência de classe e sem capacidade para a resistência. Pinochet implantou um regime ditatorial que serviu de base para a aplicação das políticas ditadas pelos EUA. Ficou por isso conhecido como berço do neoliberalismo, ao lado da Inglaterra da 1ª ministra Margaret Thatcher. O resultado dos 18 anos de ditadura aberta pinochetista (a democratização manteve o essencial de sua política, e o nomeou Senador Vitalício) é um Chile ainda mais subordinado aos EUA, com sua economia mais desnacionalizada e atrasada em relação às potências. E um proletariado mais desorganizado, despoliticizado, e sem independência de classe. A experiência da crise pré-revolucionária de 2018, que foi desviada em seu curso para o processo constituinte, que faliu e traiu as possibilidades de atendimento às demandas das massas, deve ser tomada como ponto de retomada da luta para construir um movimento revolucionário, que lute pelo socialismo a partir dos métodos da luta de classes, de forma totalmente independente das diversas frações da burguesia decadente. ●

11 de setembro de 2001 ataque às torres gêmeas

Nesse dia, quatro aviões foram sequestrados nos EUA por membros da Al Qaeda, organização radical muçulmana, sendo dois deles lançados contra as torres gêmeas do World Trade Center, um deles contra o Pentágono, e outro tendo caído numa área desabitada da Pensilvânia. Estimam-se 3 mil mortos nos ataques. Não condenamos os ataques que vêm da nação oprimida contra a nação opressora, embora possamos discordar de seus métodos, estranhos à luta de classes.

Em resposta a esses ataques, o governo Bush iniciou uma ofensiva militar sobre o Afeganistão, e depois ao Iraque, ataque que se estendeu sobre outros países, como a Líbia, aumentando a opressão nacional sobre eles, impondo-lhes governos fantoches, es-

tabelecendo ocupação militar, caçando e matando seus líderes, como ocorreu com Osama Bin Laden.

O governo da potência imperialista usou os ataques como pretextos para aumentar seu militarismo e opressão sobre os povos. A necessidade do imperialismo em crescer o intervencionismo econômico, político e militar em toda parte é consequência da decomposição do modo de produção capitalista, que obriga as potências a buscarem maior controle sobre as fontes de matérias-primas, em particular o petróleo, que responde por cerca de 40% dos papéis negociados nas bolsas de valores mundiais. Assim, governos que antes eram "amigos" dos EUA, de acordo com as circunstâncias, passam a ser taxados de "terroristas", "ditaduras", etc.,

em outras. De forma a que se coloquem governos capachos em seus lugares, e que expressem diretamente os interesses das potências. A resistência de setores nacionalistas a isso tomou a forma de nacionalismo islâmico, agindo com o terrorismo individual como meio de resposta à opressão nacional, e arrastando as massas por detrás da fração nacional de seus opressores de classe.

O proletariado mundial se coloca incondicionalmente ao lado de todas as forças de países oprimidos contra seus opressores imperialistas, ainda que não esteja de acordo com seus métodos. E trabalha para construir os partidos revolucionários, que expressem a independência de classe diante de todas as frações burguesas, e a luta pela revolução proletária. ●

A “DESCONDOLARIZAÇÃO”, A REVOLTA NOS PAÍSES AFRICANOS E A GREVE NOS EUA FAVORECEM A LUTA DO PROLETARIADO PELO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO MUNDIAL

O retrocesso relativo do dólar no comércio internacional, enquanto cresce o yuan como moeda de referência, é um indicador de que a guerra comercial travada pelos EUA contra a China caminha para uma situação cada vez mais desfavorável àquele.

O fenômeno da desdolarização pode ser constatado e medido em um grande volume de transações entre países por meio de outras moedas, em particular o yuan chinês, mas também em um grande volume de ouro usado em pagamentos que burlam as sanções econômicas imperialistas contra a Rússia e a China.

A “desdolarização”, ainda que atualmente limitada a 25% do comércio entre os países envolvidos com o yuan e moedas nacionais nas suas transações comerciais, é uma expressão, de um lado, do retrocesso das forças produtivas baseadas na grande propriedade monopolista privada burguesa, e, de outro, da expansão relativa das forças produtivas da propriedade nacionalizada pelas revoluções proletárias, ainda que limitadas pelas fronteiras nacionais e pelas contradições que permeiam os Estados Operários degenerados (trabalho assalariado, penetração de capital financeiro, o relação com o mercado mundial capitalista etc.), assim como pela política contrarrevolucionária das burocracias russa e chinesa.

O comércio mundial usa o dólar estadunidense como moeda de transações pelo peso da economia dos EUA no mundo. Depois da 2ª Guerra Mundial, saíram como os produtores de 42% da indústria e agricultura, e como os maiores consumidores do planeta. Boa parte de tudo o que era produzido acabava sendo comprado e consumido nesse país. Mas o esgotamento da recomposição das forças produtivas mundiais destruídas pela guerra foi levando a uma nova situação de crise geral do capitalismo. A exportação convulsiva de capitais desindustrializou a economia ianque, como fez também com Europa e Japão. A China se projetou como maior produtora mundial, ocupando os espaços deixados pelas potências, e alcançou a marca de 31% da produção industrial global. Passou a ser a principal consumidora de matérias-primas, e grande exportadora de produtos industrializados. Essa condição estabelece novas bases comerciais entre os países, enfraquecendo o uso do dólar e potenciando a moeda chinesa e de outros países que se relacionam comercialmente. O resultado disso é que o uso do Swift de pagamentos em dólar, pelo qual os EUA se apropriavam de parte da mais-valia transferida de um país a outro, se reduz a cada dia. O que também agrava a situação econômica da maior potência.

As sanções comerciais contra a China e Rússia também afetam nesse processo. Como existe uma dependência geral de produtos e matérias-primas desses dois países, estabelecem-se mecanismos de burla das sanções. Especialmente, utiliza-se o pagamento em ouro, que contorna o controle ianque de transações em dólar. Para se ter uma ideia, o equivalente a cerca de metade de todo o ouro acumulado nos EUA foi usado em 2022 para pagamentos de transações comerciais internacionais, a maior parte para China e Rússia. A Rússia tem vendido ouro para países árabes para transformar essa riqueza em outros bens e insumos.

Com uma economia cada vez menos produtiva e sustentada no parasitismo financeiro, os EUA enfrentam a pior crise de valor de sua moeda. Aumentam as taxas de juros seguidamente, para tentar conter as tendências inflacionárias em seu mercado interno. Mas não têm como conter as movimentações gerais internacionais, que buscam apoio no yuan e no ouro como nova referência comercial.

A única possibilidade de bloquear essas tendências gerais é por meio de uma ampla destruição das forças produtivas mundiais, especialmente concentradas na China, e em menor grau, na Rússia. A ampla destruição dessas economias permitiria criar uma nova etapa de recomposição de forças produtivas sob a direção imperialista estadunidense.

Assim, a guerra na Ucrânia travada pelo imperialismo visando a destruir a propriedade nacionalizada na Rússia, que permite hoje que esse país (pela diversificação e integração de suas forças produtivas internas) prolongar a guerra e sangrar as economias burguesas, enquanto sua economia não apenas segue em pé, como se desenvolve em inúmeras áreas de ciência e desenvolvimento, especialmente da indústria militar. Para o imperialismo, a derrota da Rússia na Ucrânia é um passo necessário para depois avançar na derrubada da burocracia, destruir a propriedade nacionalizada e colonizar seus recursos, submetendo-os à valorização do capital financeiro, o que daria um respiro às contradições capitalistas e fortaleceria o imperialismo em seu objetivo de fazer o mesmo com a China. Isso também determina as viradas em países africanos para posições russas e chinesas corroendo as bases de apoio político do imperialismo para o saque de seus recursos naturais pelos monopólios. Veja-se ainda o gigantismo do armamentismo mundial, que superou todos os índices anteriores da “guerra fria”. Os preparativos de guerra demonstram também que não há como solucionar esses conflitos pela via econômica. Mas, tampouco há como as burocracias libertarem todo o potencial para a humanidade das forças produtivas da propriedade nacionalizada, porque são inimigas de estender a revolução em escala internacional, enterrando a propriedade burguesa e acabando com a anarquia e as guerras capitalistas.

A derrota militar da OTAN, a vitória das “ditaduras” nacionalistas contra as “democracias” vassalas do imperialismo na África, e a vitória dos operários das montadoras nos EUA são elos interdependentes de um mesmo processo que enfraquecerá a burguesia imperialista e favorecerá a luta das massas exploradas e oprimidas, bem como permitirá ao proletariado russo e chinês – afastado conjunturalmente o perigo da destruição pelo imperialismo dos Estados Operários e da propriedade nacionalizada – derrubar as burocracias, varrer os avanços à restauração, e retomar seu controle da economia estatalizada. Está aí porque é decisiva a defesa incondicional pelo proletariado mundial e das massas oprimidas da propriedade nacionalizada, fundamental conquista das revoluções, que, apesar das burocracias, vem mostrando todo seu potencial para superar a desagregação capitalista e garantir a retomada da transição ao socialismo, aberto pelas revoluções proletárias. ●



Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!

*Sem nenhum apoio à burocracia autoritária ou a seus métodos!
Por que a guerra se arrasta e se prolonga*

Quando a Rússia ocupou o Leste ucraniano, pôs fim a oito anos da violência militar governista sobre a população russa na região separatista, e bombardeou cidades por todo o país, assumindo o controle do espaço aéreo, tudo isso em resposta à tentativa de cerco militar da OTAN. A disparidade de forças militares entre os países indicava uma vitória breve da Rússia. A burocracia no poder do estado operário degenerado usava dos métodos burocrático-militares para tentar barrar o fecho do cerco imperialista ao país. Por dois anos antes disso, buscou negociar um acordo com a OTAN, que mantivesse a Ucrânia fora do cerco armamentista que se armava por 3 décadas contra a Rússia. Durante esses dois anos, revelou-se depois, as potências imperialistas aproveitaram para armar a ex-república soviética, convertida em semicolônia a partir de 2014, quando a guerra civil pôs abaixo o antigo governo burocrático ligado a Moscou, que já não tinha mais a base material do controle estatal da economia, em grande medida entregue ao capital financeiro internacional e multinacionais. O armamento foi direcionado principalmente às tropas paramilitares de filiação nazista, o chamado batalhão Azov, que foram as responsáveis pela primeira defesa da Ucrânia contra as tropas russas. No entanto, essas tropas foram sendo encurraladas e finalmente derrotadas pela Rússia em Mariupol.

Em setembro, por força do maior deslocamento de armas e munições da História contra um só país, realizado pela OTAN, iniciou-se a primeira contraofensiva ucraniana. Os russos tiveram de recuar até as regiões do Leste ucraniano, de população russa apoiadora da separação do país e integração à Rússia. Putin decretou a anexação das quatro províncias à Federação Russa, e sustentou a ocupação nessas regiões. Cortou a energia do país várias vezes, em resposta aos contra-ataques ucranianos. E passou a retomar algumas regiões do país, especialmente Bakhmut, que serviu de máquina de matar soldados ucranianos por semanas seguidas, através da ação do grupo paramilitar Wagner, depois dissolvido e integrado ao exército russo.

Em junho de 2023, iniciou-se a segunda contraofensiva ucraniana. Armados com tanques europeus e estadunidenses, apoiados em armas antiaéreas HIMARS, o que restou das forças armadas ucranianas, fortemente ajudadas por soldados de vários países da Europa, tentou avançar para retomar territórios ocupados. Foi um fracasso. Os “novos” tanques, cheios de eletrônica, viraram presas fáceis para os russos, e os tanques aposentados da era soviética tiveram de sair dos museus e assumir a linha de frente contra os russos. Os HIMARS se revelaram incapazes de conter plenamente os ataques russos, que rezavam drones iranianos com mísseis hipersônicos que os EUA ainda não desenvolveram. “Novos” tanques estadunidenses, fabricados em 1980, chegaram à Ucrânia, modernizados para o enfrentamento. O parlamento ianque exige a prestação de contas dos US\$ 110 bilhões já enviados à Ucrânia, Zelensky pediu mais US\$ 24 bilhões, e só obteve pouco mais de US\$ 300 milhões.

POR QUE O MAIOR PODERIO MILITAR DO MUNDO NÃO DERROTA A RÚSSIA, E POR QUE A MAIS AVANÇADA TECNOLOGIA MILITAR DO MUNDO NÃO DERROTA ZELENSKY

A indústria militar dos EUA tem sofrido com a desmobilização de alguns de seus produtos de vitrine na Ucrânia. O fracasso da contraofensiva levou a uma queda significativa das ações do setor produtivo militar ianque. Os EUA foram e ainda são o país com maiores gastos militares no mundo. Até há pouco tempo, as principais tecnologias de chips para uso militar ainda estavam em suas mãos, assim como os mísseis e antimísseis mais modernos. Sua Marinha era a maior do mundo, com maior capacidade de ataque.

O desenvolvimento do aparato militar se dá com base no desenvolvimento geral econômico. O grande volume de recursos financeiros para sustentar o aparato bélico exige um grande esforço do Estado, que precisa arrancar esses recursos da exploração do trabalho assalariado, de seu país e de semicolônias submetidas a ele.

Mas as últimas décadas viram o declínio da produção estadunidense, europeia e japonesa, diante do avanço correspondente chinês. A Rússia, depois de uma década de destruição econômica causada pela política de privatizações (1991-1999), retomou o crescimento, apesar das sanções econômicas, e deu um salto em seu PIB. Rússia e principalmente China se apropriaram de tecnologia das potências, e desenvolveram as suas próprias. A China já alcançou a primazia em 42 dos 44 ramos de tecnologia de ponta mundial. Sua Marinha já ultrapassou a dos EUA há alguns anos, e ainda cresce em ritmo mais veloz. Atingiu a tecnologia dos mísseis ultrassônicos (ao lado da Rússia e do Irã), e desenvolveu os lançadores magnéticos de mísseis. A Rússia se tornou no 2º produtor mundial de armas. Munições hipersônicas, tanques drones, submarinos elétricos, drones invisíveis aos antimísseis, são alguns dos artefatos de alta tecnologia lançados há pouco tempo.

No entanto, nem o poderio militar histórico dos EUA e aliados, nem a alta tecnologia militar russa conseguem pôr fim à guerra na Ucrânia. A situação é de impasse e de prolongamento da guerra. Outros elementos, que não militares, atuam nos fundamentos da guerra para mantê-la em pé.

Os EUA têm conseguido ativar parte de sua economia ameaçada de recessão com os gastos militares. A ativação de toda a cadeia produtiva ligada à fabricação de armas ajuda a mover o elefante imperialista. Os fabricantes de armamentos anunciam planos de ampliação produtiva para até 2025. As vendas de caças se impulsionam, como na compra de 24 deles pelo governo Tcheco. A esmagadora maioria dos recursos militares bilionários oferecidos à Ucrânia foram empregados em compras de armamentos e insumos ianques. O prolongamento da guerra ajuda a economia estadunidense em retrocesso. Não pode curá-la, mas a mantém viva na UTI.

A burocacia russa não tem como usar os métodos próprios da revolução proletária para se defender e derrotar o imperialismo. Seus interesses materiais são a preservação da fonte de seu poder e ganhos, ou seja, o controle da economia estatizada. Por isso, se orienta estrategicamente para um acordo com o imperialismo, e mesmo suas circunstanciais vantagens no desenvolvimento tecnológico não a levarão à vitória. Seus métodos burocráticos militares não terão como fazer com que a guerra se transforme em guerra de classes dos explorados e oprimidos contra os exploradores e opressores. Sem isso, as potências vão prolongar a guerra até obterem o desenvolvimento de armas à altura da tecnologia russa, e poderão derrotá-la no futuro. A recente ocupação do Leste ucraniano foi tranquila, somente porque a população da região é russa e suporta uma guerra civil de oito anos contra o governo burguês ucraniano. As forças militares russas avançaram

nesses territórios por conta do apoio das massas dessas regiões. Será muito mais difícil ocupar militarmente as áreas de população tártara ou polonesa.

As populações da Europa sofrem duramente com as consequências do apoio de seus governos às ações militares de Zelensky. Há mobilizações de multidões em alguns países, que exigem o fim dos gastos militares, e a ruptura deles com a OTAN. Mas as direções dos movimentos, em geral, estão no campo político do imperialismo. Se estivessem sob direções assentadas na política internacionalista proletária, poderiam organizar os movimentos de derrotismo revolucionário, paralisando a produção de armamentos e insumos, assim como as vias de transporte. Esse movimento se chocaria necessariamente com os governos, e poderia abrir caminho para uma luta revolucionária.

Na Rússia, somente a derrubada da burocacia que expropriou o poder político do proletariado, por meio da revolução política, permitiria que o Estado fosse colocado a serviço da revolução socialista mundial. A luta contra as potências imperialistas estaria voltada ao objetivo estratégico da República Mundial Socialista, e teria de se assentar no impulso às revoluções proletárias em cada país, à guerra de classes contra cada burguesia nacional. A im-

plantação da economia planejada e nacionalizada seria buscada em cada insurreição.

Ainda que a defesa da economia nacionalizada concentre conjunturalmente hoje as forças revolucionárias, sem deixar de manter as críticas, as posições e a organização independente quanto à burocacia usurpadora do poder, a guerra em curso não acabará sob o poder da casta burocrática, que busca o acordo com o imperialismo. Qualquer paz alcançada sob estas condições somente será um intervalo entre guerras, e que levará finalmente à destruição do Estado Operário Degenerado. Mas quem deve derrubar Putin é o proletariado russo, e não o imperialismo. A paz duradoura será fruto da revolução socialista mundial, que para se realizar terá de trilhar o caminho da guerra de classes, da insurreição.

Como afirmava Trotsky, “A defesa da URSS, para nós, coincide com a preparação da revolução mundial. Somente aqueles métodos que não entrem em conflito com os interesses da revolução são admissíveis. A defesa da URSS está ligada à revolução socialista mundial, assim como uma tarefa tática está ligada a uma estratégia. Uma tática está subordinada a um fim estratégico e de forma nenhuma pode entrar em contradição com este último.” E ainda: “Não devemos perder de vista, por um só momento, o fato de que para nós, a questão da derrubada da burocacia soviética está subordinada à questão da preservação da propriedade estatal dos meios de produção na URSS; que a questão da manutenção da propriedade estatal nos meios de produção da URSS está subordinada, para nós, à questão da revolução proletária mundial.” ●

Na Rússia, somente a derrubada da burocacia que expropriou o poder político do proletariado, por meio da revolução política, permitiria que o Estado fosse colocado a serviço da revolução socialista mundial. A luta contra as potências imperialistas estaria voltada ao objetivo estratégico da República Mundial Socialista, e teria de se assentar no impulso às revoluções proletárias em cada país, à guerra de classes contra cada burguesia nacional.

Alguns dados da economia russa mesmo após um ano de Guerra

Apesar das fortes sanções sobre a economia russa, ela se mostrou muito mais “resiliente” do que imaginavam todos os editoriais e economistas burgueses. Em março de 2022, um mês após o início da Guerra, agências indicavam que o PIB do país poderia recuar 12%. Houve, sim, recuo, mas de apenas 2,1%. Apesar de sanções que atingiram fortemente as exportações do país, a economia russa é menos dependente do mercado mundial do que outras grandes economias do globo. O Estado Operário degenerado, controlado pela burocracia de Putin, teve e tem mecanismos muito mais eficientes para atuar no desenvolvimento econômico interno do que as potências imperialistas. O prognóstico é de que o PIB volte a crescer em 2023, algo em torno de 1,5%, o que ainda significará estagnação frente aos 4,7% que cresceu em 2021.

O país tem apresentado, nos últimos vinte anos, forte balança comercial favorável. Em julho de 2022, fechava, segundo o Banco Central da Rússia, com um superávit de US\$ 138,5 bilhões. Apesar de ter diminuído as exportações de energia para a Europa, aumentou para outros países, garantindo os resultados positivos. Um exemplo disso foi a “explosão” na venda de diesel da Rússia para o Brasil: em 2022, o Brasil comprou US\$ 95 milhões do produto, enquanto, apenas nos sete primeiros meses de 2023, foram já US\$ 1,49 bilhão em diesel. Outro exemplo são os dados do primeiro semestre de 2023 dos EUA, que aumentaram a compra de fertilizantes da Rússia, passando de US\$ 900 milhões para US\$ 944 milhões, embora a importação de fertilizantes, nos EUA, tenha caído em 22% no último ano, isto é, mesmo com menos importação, os EUA importaram mais da Rússia, mostrando maior dependência dos fertilizantes russos. A cota para exportação de fertilizantes atingiu a marca de 12,6 milhões de toneladas em 2023; um aumento de 300 mil toneladas à cota nacio-

nal destinada à exportação. Soma-se a isso que grande parte dos estoques de petróleo e gás exportados a países como a Índia ou Turquia, por exemplo, acabam sendo depois exportados desses países para a Europa, mecanismo amplamente utilizado para contornar as sanções.

Embora as economias do Brasil e da Rússia possam, por exemplo, ser comparadas em termos de PIB, ambas devem atingir a marca dos US\$ 2 trilhões em 2023, e sejam conhecidas pela exportação de produtos pouco elaborados, como matérias-primas, a renda per capita na Federação Russa é o dobro da do Brasil, tendo um custo de vida 18% menor do que em nosso país. Além de que a Rússia exporta bens de capital e mercadorias de alto valor agregado (armas, tecnologia nuclear, tecnologia aeroespacial, etc.), que demonstra de forma concreta que suas forças produtivas industriais atingiram um patamar de desenvolvimento e integração que garantem sua soberania nacional quanto à planificação a produção, muito superior aos do Brasil.

Note-se que o PIB não pode ser um critério para definir e caracterizar um Estado. No caso da comparação entre Rússia e Brasil, outros indicadores os distanciam por completo: educação, saúde, investimento em tecnologia, etc. O fato fundamental, no entanto, que permite que a Rússia enfrente toda a Europa, os EUA e a Otan na Guerra na Ucrânia, é que sua economia é dominada pela propriedade estatal/nacionalizada, que está nos ramos fundamentais da produção. Mesmo com a Guerra, o governo, sob a direção da burocracia, tem soberania para desenvolver a política econômica, diferentemente das economias de países semi-coloniais, ainda que tão grandes como ela no seu PIB, como o Brasil.

OS GASTOS COM A GUERRA

Embora tanto o PIB quanto o orçamento do Estado russo tenham crescido nos últimos anos, sabemos que,



em função da guerra, parte maior do orçamento do Estado foi direcionado para a Defesa e a Segurança Nacional, como mostra o gráfico abaixo.

Além disso, o orçamento para as regiões anexadas ao território russo devem somar aproximadamente US\$ 4,39 bilhões, em 2023. Com estes gastos a mais, as despesas do governo têm superado as receitas. Mas o déficit fiscal é pequeno e é coberto pelo Fundo Nacional de Riqueza, que detém cerca de US\$ 95,7 bilhões, atualmente. Para arrecadar mais, o governo aumentou impostos sobre empresas, e sobre a extração mineral, em particular. Em 2023, estima-se um adicional de US\$ 7,97 bilhões, apenas com empresas extrativistas. Como consequência da forte centralização política e econômica, o Ministério das Finanças da Rússia também previu, para o presente ano, implementar um imposto sobre o lucro das empresas privadas, de todos os setores, que deve gerar mais de US\$ 2,39 bilhões.

A indústria militar, que representa um setor de forte aplicação de tecnologia, também cresceu, após mais de um ano de Guerra na Ucrânia. A capacidade de produção de tanques passou de 100 para 200 tanques por ano, por exemplo. A indústria de drones civis e militares triplicou sua capacidade de produção. A produção de submarinos e navios de guerra aumentou em 20%, em relação ao ano de 2020. A Guerra também colocou em marcha um plano do Kremlin de desenvolvimento de componentes de alta tecnologia, que vão, desde a fabricação de eletrônicos, telecomunicações, armamentos modernos, até o desenvolvimento para

a inteligência artificial e para a produção de espaçonaves (em agosto, a Rússia lançou uma sonda para a Lua). O plano governamental prevê que, até 2030, o consumo destes componentes seja 75% da produção doméstica nacional. Assim como na China, há de fato um planejamento estratégico do governo central para que o país seja o detentor das mais avançadas tecnologias de produção industrial, o que a Guerra na Ucrânia também já tem revelado, ao fazer frente a todo armamento da OTAN.

SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE ESTATAL/NACIONALIZADA

Para os revisionistas, o fim do Estado Operário ocorreu entre 1991 e o fim da década de 1990, quando houve o ciclo de privatizações e a implementação de contrarreformas, que levaram ao alto desemprego e a transformação das formas jurídicas e políticas no interior do país, que se assemelharam às dos países capitalistas. O problema é que os revisionistas estacionam sua análise na referida década, e ficam na superfície das formas jurídicas ou políticas. Mesmo os novos revisionistas, como o POR brasileiro e boliviano, não avançam para a análise do que ocorreu após o ciclo privatista.

Sabemos que, somente entre 2000 a 2007, mais de 8 mil empresas foram reestatizadas no âmbito federal, e mais 39 mil em âmbito municipal. Quando olhamos para as maiores empresas russas e para os maiores setores da economia, vemos a propriedade estatal dominante. Das 50 maiores empresas do país, 16 são estatais, correspondendo a mais de 52% da receita total do conjunto. No setor de petróleo e gás, 57% é estatal; no setor financeiro, 78% (número parecido ao da China); na geração e distribuição de energia, 67%; na defesa e militar, 100%; no setor de ferrovias, 100%; no de aviação e de construção naval, 100%. Mesmo em setores como o de mineração, em que a propriedade estatal é menor, os sucessivos governos da burocracia interferem, evitando fechamento de fábricas e desemprego. Agora, com a Guerra, o governo exigiu que as grandes mineradoras disponibilizassem parte do seu pessoal para os esforços de guerra e, como

dissemos, aumentou a taxação sobre as atividades extrativistas.

Segundo o “Relatório nacional sobre o estado e uso da terra na Federação Russa” do ano de 2015, 92,2% da área fundiária do país encontrava-se sob algum tipo de propriedade estatal (desde o nível federal até o municipal), o que permite, por exemplo, que o Estado controle também o setor de produção de alimentos, e mesmo o de fabricação de fertilizantes, que contribuem para a balança comercial favorável. Controlando transporte, energia, terras e aplicando diversos mecanismos fiscais e condicionando o comércio interno e externo o Estado Operário incorpora também parte significativa das riquezas produzidas e do excedente da produção pelas empresas privadas, mesmo que sob o regime de assalariamento, já previsto por Trotsky como forma imposta pelo período de transição ao socialismo.

Por maior intervenção que os Estados imperialistas realizem em suas economias regularmente, como a que ocorreu em 2007/2008, e mais recentemente na crise bancária, o tipo de intervenção que os governos da Federação Russa executam permite realizar planos de desenvolvimento a longo prazo, como os de transferência de tecnologia e investimento em ciência e desenvolvimento, ou interferir em setores-chaves da economia, sem que a burocracia de Estado seja golpeada por frações burguesas existentes.

As sanções do “ocidente” não puderam desestabilizar o país ou o seu governo, porque a base do Estado Operário é a propriedade estatal/nacionalizada. Repetimos aqui o extrato inserido no Jornal *O Internacionalista* nº 07, retirado da obra de Trotsky, “Em defesa do marxismo”: “Evidentemente, a ditadura do proletário é, não só ‘essencialmente’, mas sim total e inteiramente, uma ‘categoria política’. No entanto, a política em si mesma não é senão economia concentrada. A dominação da social-democracia no Estado e os sovietes (na Alemanha em 1918-1919) não tinha nada em comum com a ditadura do proletariado, na medida em que deixava intacta a propriedade burguesa. Em contrapartida, um regime que conserva propriedade expropriada e nacionalizada contra o

imperialismo é, por isso, independentemente das formas políticas, a ditadura do proletariado”.

Ou seja, a burocracia de Putin, por mais degenerada em suas formas políticas, conserva o fundamento econômico da ditadura do proletariado que é a propriedade nacionalizada. Ela é a força do Estado Operário, que o faz se chocar com os países imperialistas, que buscam cercar e destruir as forças produtivas nas fronteiras russas. Não é o capital financeiro que impulsionou a invasão da Ucrânia. Não se trata de um país “imperialista”, como querem afirmar certas tendências revisionistas do marxismo-leninismo-trotskismo. Nem tampouco se trata de um país semicolonial, como o Brasil, que, como sabemos, não têm soberania nacional para determinar os rumos de sua economia. Sem a caracterização do Estado Operário degenerado, aplicado às condições sociais, políticas e econômicas atuais da Rússia, os revisionistas, inevitavelmente, assumem posições pró-imperialistas, pró-OTAN na Guerra. Os revisionistas atuais são cegos para a economia. Observam, como os revisionistas do passado, combatidos por Trotsky, as formas degeneradas da política e os vaivéns da burocracia, e decretam o fim do Estado Operário, mas este, dominado e alicerçado na propriedade estatal/nacionalizada, só pode ser destruído pela força das armas e não da política estalinista. Pela força das armas, como agora a OTAN e todo o “ocidente” entregam nas mãos de Zelensky para enfraquecer e, posteriormente, buscar golpear o Estado Operário e a burocracia que o dirige. Daí a necessidade premente, como marxistas revolucionários, em defender a derrota militar da OTAN, porque esta defesa corresponde à defesa da propriedade estatal/nacionalizada, ponto de apoio para a revolução socialista na Ucrânia e para a revolução política na Rússia. Isto, sem conceder nenhum apoio político à burocracia restauracionista do capitalismo, nem aos métodos. E preservando o programa da Revolução Política, que consiste na derrubada revolucionária da burocracia e reconstituição do poder do proletariado no Estado. ●

O FUTURO DA CHINA ESTÁ NO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO POLÍTICA

A China tem hoje 31% da produção industrial do mundo. Encabeça 42 das 44 áreas de tecnologia de ponta mundiais. Seu PIB está em US\$ 18 trilhões (maior que o da União Europeia, de US\$ 16,6 trilhões), enquanto o dos EUA está em US\$ 25 trilhões. Os EUA têm 15% da indústria mundial, e a Europa, pouco menos de 20%, o que revela que seus PIBs se fundamentam em grande parte no comércio e serviços.

A explicação para o grande desenvolvimento econômico industrial da China nas últimas décadas está na preservação e ampliação do controle estatal sobre a economia. O fato de a China ter importado um grande volume de capitais desde os anos de 1980, com instalação de um grande parque industrial no país, não levou a que se tornasse em semicolonial, apenas e exclusivamente porque a economia permaneceu sob forte controle estatal. Esse controle estatal se manifesta na exigência de que em qualquer empresa chinesa, pública ou privada, tem de haver em seu conselho administrativo um membro do partido comunista chinês, com direito a voto sobre as decisões. Esse controle estatal é resultado e se fundamenta na nacionalização dos ramos chave da economia chinesa, que por sua vez é obra da revolução proletária. O fato de uma burocracia bonapartista ter expropriado o controle operário sobre esse Estado não transformou até hoje seu fundamento econômico. O Estado Operário se caracteriza pela base econômica e social, e não por nenhuma outra característica política.

É esse controle estatal que permite a economia chinesa manter o progresso das forças produtivas, em detrimento do retrocesso mundial das forças produtivas nas potências imperialistas. Não há nem nunca houve o estabelecimento da propriedade social na China, porque isso será parte da implantação do socialismo em nível mundial. A China se potencia a partir da propriedade nacionalizada, estatal. Duas características próprias do capitalismo são contidas por esse controle estatal: a concorrência e a anarquia na produção. A burocracia usa seu poder à frente do Estado para disciplinar a economia, a partir das empresas estatais majoritárias, e do controle sobre as empresas privadas.

A forte atração de capitais para o interior do país trouxe consigo elementos do modo de produção capitalista. As formas capitalistas de produção se potenciaram, ainda que sob controle do Estado. A assimilação gradativa dessas formas produtivas vai impulsionando características próprias do capitalismo em sua economia, como já se pode notar na superprodução de valor existente em alguns setores, principalmente na construção civil. O manejo estatal das exportações e investimentos em outros países permite atenuar os efeitos da superprodução em outros setores econômicos.

É por isso que a China busca estabelecer acordos comerciais e influenciar politicamente uma série de países, nas arábias, na África e na América Latina. Tudo indica que os EUA já estão fechando as portas para o avanço chinês dentro de sua economia, que foi durante anos o principal comprador de seus produtos. A redução de exportações chinesas aos EUA para menos da metade do que já alcançou é um indicador disso. A China responde com a retirada de dinheiro depositado em bancos estadunidenses, no valor de US\$ 800 bilhões, metade do que tinha.

A expansão chinesa para outros países, embora contenha circunstancialmente a crise de superprodução, vai criando as condições para que as flutuações do mercado mundial a afetem mais duramente. A guerra comercial em andamento com os EUA, ainda que seja vencida pela China, supondo que os EUA e aliados não a enfrentem e derrotem militarmente, não a levará a um porto seguro econômico. A China dirigida pela burocracia caminhará cedo ou tarde para o destino da crise capitalista. Não se pode assimilar o capitalismo sem trazer junto suas contradições insolúveis.

Tudo isso não quer dizer que desprezemos a grande vantagem e progresso econômico que representa a propriedade nacionalizada e controlada pelo Estado construída pela revolução proletária. Certamente, Lenin e

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia EM DEFESA DAS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

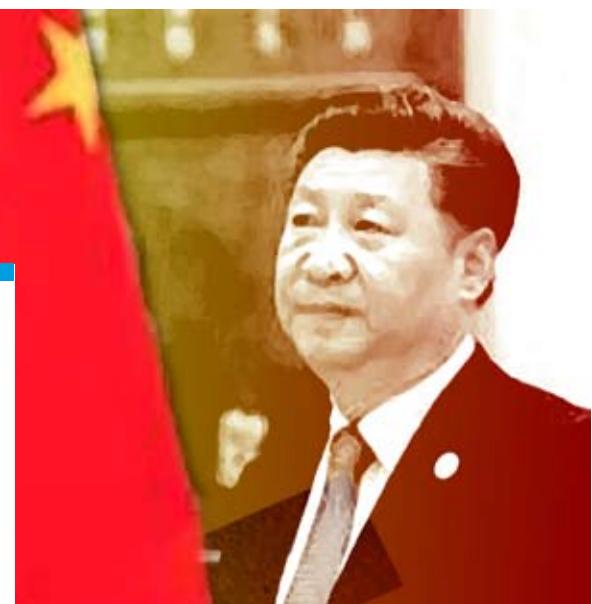
e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista



Adquira com nossos militantes!



Quem deve derrubar a burocracia é o proletariado, e não o imperialismo. Isso nos coloca em bloco militar com a China contra qualquer potência capitalista ou instrumento dela, sem lhe prestar nenhum apoio político ou quanto a seus métodos. Mas também coloca a necessidade de desenvolver o programa da Revolução Política na China, organizando o proletariado de forma totalmente independente da burocracia e de seus tentáculos nos movimentos e organizações operárias, sob a estratégia e métodos da Revolução Política.



Trotsky jamais imaginaram que um país atrasado onde houvesse a revolução proletária poderia alcançar tamanho grau de desenvolvimento econômico industrial sem a realização de uma revolução socialista mundial. Também não imaginaram que o caminho aberto pela Revolução Russa de 1917 para a mesma Revolução Socialista Mundial tivesse sofrido tanto retrocesso, que entraríamos no século XXI sob o mesmo capitalismo em decomposição. Ainda assim, confiaram que somente quando a economia de um estado operário em um país atrasado superasse as das potências a revolução poderia sobreviver aí. A China já não precisa de monopólio do comércio exterior, ele se tornou supérfluo, como previra Lenin, e o país hoje briga para que as potências abram seus mercados aos produtos e serviços chineses.

Mas é esse mesmo controle ditatorial da burocracia que leva a China em direção a um beco sem saída na economia. A casta burocrática não tem, nunca teve, os objetivos estratégicos da revolução proletária em sua mente. Ela busca obsessivamente preservar e ampliar a base econômica de seu poder e ganhos parasitários, ou seja, a propriedade nacionalizada. Mas, ao não fazê-lo com os métodos e estratégia do proletariado, volta-se sempre a um acordo circunstancial com as potências imperialistas. As atuais ameaças de guerra contra a China são impulsionadas pelas potências imperialistas, em especial os EUA. É o imperialismo quem tem interesse na destruição maciça de forças produtivas mundiais, em particular as da China e Rússia, com o objetivo de retomar a situação do pós 2ª guerra mundial, de recomposição da economia.

A estratégia do proletariado leva à luta pela Revolução Mundial Socialista, ou seja, o impulso às revoluções proletárias em todos os países. Qualquer país em que haja uma revolução proletária, deve voltar todos os seus esfor-

ços para que o proletariado mundial se levante contra a burguesia mundial. A burocracia é incapaz de dar qualquer passo nesse sentido. Ainda que imponha a nacionalização da economia em algum país que tenha de ocupar, não dará passos no sentido da revolução mundial. Somente tomaria essa medida em sua própria defesa e da fonte de seu poder e ganhos. Foi o que fez no Leste Europeu na 2ª guerra mundial. A tendência da burocracia hoje é, e isso se vê nos fatos, a de se colocar em disputa comercial capitalista com as potências imperialistas, como o faz em países da América Latina e África.

A defesa das conquistas revolucionárias na China deve ser feita diante de qualquer ataque a elas pelo imperialismo. Quem deve derrubar a burocracia é o proletariado, e não o imperialismo. Isso nos coloca em bloco militar com a China contra qualquer potência capitalista ou instrumento dela, sem lhe prestar nenhum apoio político ou quanto a seus métodos. Mas também coloca a necessidade de desenvolver o programa da Revolução Política na China, organizando o proletariado de forma totalmente independente da burocracia e de seus tentáculos nos movimentos e organizações operárias, sob a estratégia e métodos da Revolução Política.

Na prática, isso quer dizer que devemos impulsionar e apoiar as lutas grevistas contra as demissões e rebaixamento salarial e de condições de vida e trabalho, que já ocorrem nos setores em que a crise capitalista se manifesta,

como na construção civil. A defesa do salário e emprego deve estar apoiada nos métodos da ocupação de fábrica e controle operário da produção. Essas medidas ajudarão a dar passos no sentido da retomada do controle proletário da economia, que acontecerá por meio da derrubada da burocracia do poder e restituição da ditadura do proletariado, assentada na democracia operária e controle coletivo da economia. ●

EUA

Tendências grevistas na classe operária abrem um novo período da luta de classes na maior potência imperialista

Foi deflagrada a greve nas maiores montadoras norte-americanas, no dia 14 de setembro. Mais de 150 mil operários da United Auto Workers (UAW), das montadoras GM, Ford e Stellantis (ex-Chrysler Motors), paralisaram as atividades, em defesa de aumento de 40% nos salários, igualdade salarial para todos os operários na mesma função, e imediatas melhorias nas condições de trabalho.

Há muitas décadas que não se via uma greve operária que atingisse as “três grandes” montadoras dos EUA, e que fosse aprovada por mais de 95% dos operários de base, configurando, desde o primeiro dia, uma greve geral unitária, na base de um programa comum de reivindicações para efetivos e contratados. Já nos primeiros oito meses deste ano, mais de 320 mil trabalhadores participaram em uma média de 900 greves, apenas no primeiro semestre, abarcando diversos setores dos serviços (correios, serviços de entrega, hotelaria, saúde, educação, etc.). Trata-se de um crescimento de mais de 100 mil trabalhadores em greve, em comparação ao ano anterior, e mais de 50% em relação a 2021. Alta grevista que modifica radicalmente o retrocesso operado entre as décadas de 1970 e 1990.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, e até começos dos anos de 1980, em média de 1 a 4 milhões de trabalhadores participaram em greves, por ano. Em 1946, explodiram as primeiras greves econômicas após a revogação das restrições impostas pelo Estado em períodos de guerra. Nas décadas posteriores, o movimento grevista teve inúmeros avanços e retrocessos. Porém, foi na década de 1990 que se verifica o maior retrocesso imposto aos operários e aos movimentos grevistas, caindo para menos de 100 mil trabalhadores em greve ao ano. Esse retrocesso coincidiu com a eleição do governo Ronald Reagan, que se caracterizou por uma

política anti-sindical e anti operária, visando a esmagar a revolta proletária e destruir direitos. O caso mais emblemático é o da greve dos controladores aéreos, de 1981, quando o governo demitiu 11 mil grevistas, instaurou a disciplina militar no setor, e avançou a privatização e a terceirização.

A política centralizadora e ditatorial do governo ultradireitista foi assimilada pelas direções sindicais, ajudando o governo e patronato a descarregar violentas contrarreformas e rebaixamentos salariais sobre os trabalhadores de todos os setores e ramos econômicos. Por décadas a fio, se impuseram acordos de rebaixamento e congelamento salarial, e destruição de direitos históricos. O que se refletiu na queda contínua dos salários dos operários de manufaturas, que passou, de US\$ 43 em média (1990), para menos de US\$ 35 (2020). E se refletiu, ainda, no profundo refluxo grevista e na brutal queda nos índices de sindicalização. Esse quadro começaria a se reverter na década de 2020. Em 2022, 7 mil trabalhadores gastronômicos conquistaram em greve aumentos salariais e o direito de sindicalização. No mesmo ano, 60% dos trabalhadores da educação (32% dos grevistas eram não-sindicalizados) fizeram dezenas de greves por melhores salários e condições de trabalho. Destacou-se, pela importância estratégica do setor, a greve dos ferroviários, por aumento salarial e recuperação de benefícios sociais perdidos.

As greves de 2023 se inserem dentro desse curso histórico mais recente. Mas, destacam-se por constituir a maior onda grevista dos últimos 50 anos, pelo número de grevistas e setores afetados. No começo do ano, houve a greve dos motoristas da UPS (maior empresa de correios do país) e dos trabalhadores da Amazon. A greve nesses setores, reunindo centenas de milhares, aconteceram, apesar da maioria deles não estar sindicalizada e sofrer

uma violenta ditadura e vigilância patronal nos locais de trabalho. Demonstrando que as tendências grevistas são mais fortes que os obstáculos interpostos à sua realização. Apesar dos acordos ficarem abaixo das reivindicações defendidas pelos trabalhadores desses setores, as greves abriram uma via à sindicalização em massa e, portanto, os trabalhadores contarão com organizações próprias para combater os capitalistas em melhores condições. O aspecto mais relevante da alta grevista deste ano é que as greves nos setores dos serviços são seguidas, agora, pelas greves na indústria de bens de alto valor agregado e setores chaves da indústria, e à qual estão ligadas centenas de indústrias auxiliares (autopeças, pneus, componentes eletrônicos etc.).

As empresas, antes da greve, realizaram milhares de contratações antecipadas de operários e técnicos com contratos temporários, assim como engenheiros europeus, para cobrir os trabalhadores sindicalizados que aderiram massivamente à greve. Elaboraram, assim, um plano de terceirização antecipada da produção, para facilitar as contratações de operários precarizados que irão produzir durante a greve, mas também poderão continuar em seus postos, se as empresas decidem demitir grevistas e rescindir antecipadamente, não apenas como retaliação, mas fundamentalmente para introduzir, no chão-de-fábrica, novas modalidades precarizadas e terceirizadas do trabalho. A Ford, por exemplo, armazenou peças e treinou 1,2 assalariados, para atender 23 centros de distribuição, em quinze estados.

O governo Biden não teve como frear as tendências de luta dos operários. Declarou-se com uma base operária radicalizada e uma direção pressionada por ela, que defende manter a greve até impor suas reivindicações às montadoras. Biden procura achar uma solução rápida do conflito, que “favoreça”



Não é uma greve isolada em uma fábrica, mas que se estende a todas as fábricas das “três grandes” montadoras dos EUA, as bases operárias estão radicalizadas e sua direção não parece querer ceder, além de que se trata da explosão mais recente de uma alta grevista que abrange setores chaves da economia e se estende por inúmeros estados e cidades.

ambas as partes. Fez ainda uma teatralização de caminhar algumas horas com os grevistas. Com o mesmo objetivo, “interveio” e se “colocou” do lado da greve dos ferroviários, em 2022, apenas

para depois ajudar a desativar a greve, que ameaçava paralisar o país. A direção dos ferroviários, ligada historicamente ao Partido Democrata, chamou a confiar no presidente, e desativou a greve. Os trabalhadores pagaram caro pela sua confiança: receberam aumentos salariais insuficientes, e seus direitos destruídos não foram recuperados. A situação da greve da UAW e do país é bem diferente: não se trata de uma greve isolada em uma fábrica, mas que se estende por todas as fábricas das “três grandes” montadoras dos EUA, as bases operárias estão radicalizadas, e sua direção não pode ceder, além do que se trata da explosão mais recente de uma alta grevista que abrange setores chaves da economia, e se estende por inúmeros estados e centenas de cidades. Não há como uma pose para

as câmeras, de caminhar com os grevistas, tenha o mesmo efeito que com os ferroviários.

O que importa à vanguarda com consciência de classe, tanto estadunidense como mundial, é compreender que essa tendência grevista, a mais massiva e radicalizada dos últimos 50 anos, assinala que os operários e demais assalariados são obrigados a defenderem suas condições de vida e, portanto, devem combater radicaladamente uma classe burguesa acostumada a impor tudo o que quer.). São empurradas a agirem para que os operários da UAW derrotem os capitalistas. Sua vitória reforçará a confiança dos trabalhadores em sua força coletiva e seus métodos próprios de luta para conquistar suas reivindicações e defender seus direitos.

A convulsiva situação nos EUA é um sintoma de um novo período da luta de classes na principal potência imperialista do mundo. O que favorece o trabalho de forjar e organizar uma direção revolucionária, que apoiada na luta reivindicativa das massas, e desenvolvendo em seu seio os métodos da luta de classes (ocupações de locais de trabalho, manifestações de rua, piquetes, etc.), pode ajudar o proletariado a passar da luta econômica à política contra a burguesia e seu estado, desenvolvendo no seio dos explorados o programa da revolução e ditadura proletárias e a bandeira do Governo Operário. ●

ÁFRICA

Ditaduras nacionalistas forjam “aliança militar” para enfrentar as ameaças dos vassalos do imperialismo

Os regimes militares de Malí, Níger y Burkina Faso assinaram uma declaração conjunta, no dia 16/09, a “Aliança de Estados do Sahel”, objetivando criar “uma arquitetura de defesa coletiva e assistência mútua” em resposta à agressão externa contra qualquer dos três países. Eis: “Qualquer ataque à soberania e integridade territorial de uma ou mais partes assinantes, será considerada uma agressão contra as outras partes”, respondendo com “a utilização da força armada para restabelecer e garantir a segurança.” O tratado obriga ainda os membros da “Aliança” a reprimir rebeliões armadas internas.

A “Aliança” procura responder às ameaças da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que declarou estar preparada para uma intervenção armada no Níger para derrotar a ditadura nacionalista e restaurar o governo “legitimamente eleito”, de Bazoum. Ocorre que o golpe militar destituiu o presidente Mario

nete dos monopólios franceses e busca avançar no controle estatal sobre a exploração das riquezas naturais sob controle de empresas francesas. Esse é o motivo dos preparativos de intervenção militar dos países da CEDEAO que agem sob ordens do imperialismo francês.

Quanto à proposta de intervenção coletiva das três forças armadas na repressão contra a insurgência de milícias jihadistas e reunir esforços coletivos na “luta anti-terrorista”, está o objetivo de abortar qualquer tentativa da CEDEAO e do imperialismo de combater os governos nacionalistas por meio do apoio, treinamento e ajuda logística de milícias e de oposições armadas que projetem a guerra civil ou desestabilizem os governos e preparem o terreno à intervenção estrangeira (política ou militar). Esse método foi largamente utilizado pelos EUA, com movimento talibã que visava a combater a ocupação soviética e a derrubar o governo pró-russo no Afeganistão.

Caso exploda uma guerra no Sahel, a derrota das “democracias” pelas “ditaduras” é a tática que devem erguer os revolucionários para enfraquecer o imperialismo e, assim, abrir caminho à luta anti-imperialista das massas africanas.

Mesmo método usado na Ucrânia, em 2014, para derrubar o governo pró-russo, mudando apenas o “instrumento” utilizado (organizações nazistas).

O problema desses “planos” imperialistas (os governos africanos da CEDEAO não decidem nada) é que não conta com qualquer apoio entre a população nigeriana. Mas, tampouco entre as massas dos países da CEDEAO que se mobilizaram em aberto apoio às ditaduras nacionalistas, por expressarem uma ruptura (ainda que limitada) com as cadeias da opressão nacional do imperialismo francês que as desgraçam também em seus países. O plano sequer conta com apoio explícito do Partido pela Democracia e Socialismo do Níger (PNDS) do presidente deposto Bazoum. O PNDS afirmou em comunicado à imprensa que a “imensa maioria” do partido “é contra a intervenção armada” no Níger. É claro que a declaração procura evitar qualquer retaliação contra o PNDS pelos militares. Porém, também indica que a base assalariada e popular do partido reflete as tendências anti-imperialistas das massas nigerianas que apoiam as medidas de ruptura com a França dos militares nacionalistas. Daí que se peça pela “libertação de Bazoum”, e, ao mesmo tempo, se evita insurgir a base do PNDS contra sua direção. Manobrando entre manter o apoio das bases e defender Bazoum, o comunicado finaliza chamando à “reintegração” do presidente na presidência e à “restauração da ordem constitucional por meios não militares”.

Outro problema é que Níger, Mali e Burkina Faso são apoiados pela burocacia russa e chinesa que veem no surgimento de governos nacionalistas uma via para expandir seus interesses próprios. Sergei Lavrov, Ministro das relações exteriores da Rússia, aproveitou a reunião dos BRICS, na África do Sul, para declarar o “apoio” da Federação Russa à luta dos governos nacionalistas de Burkina Faso, Níger e Mali contra a “opressão ocidental”. E prometeu que se prestará assistência aos governos para avançar à “independência nacional”. Inúmeros acordos comerciais e diplomáticos já foram confirmados. Tone-

ladas de grãos russos são derramadas nesses países para ajudar a equacionar a miséria e a fome e estabilizar as ditaduras nacionalistas. Quanto à “ajuda militar russa”, está sendo prestada de forma indireta por meio do deslocamento de batalhões do Grupo Wagner, que após a “estatização” do grupo, imposta depois do falido levantamento de Prigozhin, combatem sob ordens da burocacia russa.

O maior dos problemas interpuestos aos planos imperialistas é o fato da África estar convulsionada pelas profundas tendências anti-imperialistas das massas. São recorrentes as mobilizações contra o saque das riquezas naturais e pela saída das tropas estrangeiras da África. Setores nacionalistas dos exércitos se apoiam nessas tendências para firmar acordos com a burocacia russa e chinesa. Os bilionários investimentos da China e da Rússia em infraestrutura e em “ajuda alimentar” são apresentados pelos governos nacionalistas como a via para garantir a soberania e a autodeterminação nacionais. A ausência de uma vanguarda com consciência de classe, capaz de conquistar a real autodeterminação nacional pela via da revolução proletária, permite esses governos nacionalistas manobrar com essa “ajuda” russa e chinesa para desviar as tendências revolucionárias das massas, e mantê-las sob seu controle político.

Caso exploda uma guerra no Sahel, a derrota das “democracias” pelas “ditaduras” é a tática que devem erguer os revolucionários para enfraquecer o imperialismo e, assim, abrir caminho à luta anti-imperialista das massas africanas. Certo é que essa derrota reforçará (conjunturalmente) os governos nacionalistas e as burocacias contrarrevolucionárias em preservar seus interesses reacionários. Eis porque nunca se deve apoiá-los politicamente, sem, por isso, abandonar o combate ao lado desses contra o imperialismo mundial. Trata-se, nesse caso, de defender a organização independente das massas e exigir seu armamento geral sob controle das próprias massas, para assim ter completa liberdade de ação em combater os governos nacionalistas e as burocacias estalinistas quando procurem (e inevitavelmente procurarão) chegar a um acordo com o imperialismo sobre Níger, Mali e Burkina Faso, em troca de deixar o continente ser desgraçado pelo saque monopolista. Daí a tarefa da vanguarda com consciência de classe de constituir os partidos-programa, capazes de combinar a tática da derrota do imperialismo com a da frente única anti-imperialista sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●

GABÃO / Golpe militar põe fim a regime pró-imperialista de 56 anos, mas não rompe com o imperialismo

Após anunciados os resultados das eleições gerais, realizadas no dia 26/08, que dariam mais uma vez a vitória a Ali Bongo Ondimba, do Partido Democrático Gabonês (PDG), que governava o país desde 2009, após a morte de seu pai (Omar Bongo, concentrou o poder por mais de 41 anos, desde 1967 até sua morte, em 2009), no dia 30 de agosto, o exército destituiu Ondimba, e dissolveu as instituições.

Ondimba obteve 64% dos votos válidos nas eleições, que foram contestadas pela oposição (Alternância 2023) como fraudulentas, e rejeitadas pelas massas, que exigiam a saída de Ondimba do poder. O presidente recém-eleito im-

pôs um “apagão” da internet e declarou Toque de Recolher, temendo que se repetissem os acontecimentos ocorridos depois das eleições de 2016, quando sua “vitória” foi repudiada por dezenas de milhares de populares nas ruas, e a repressão custou a vida de dezenas de manifestantes.

O Gabão é um país rico em jazidas petrolíferas e recursos minerais, cujas oligarquias políticas e militares, associadas aos monopólios e apoiados nos chefes tribais, favorecem o saque violento das riquezas e recursos naturais do país, em benefício do capital financeiro, especialmente francês. também aí existem bases militares dos Estados

Unidos, que supostamente combatem o “terrorismo”. A exploração dos recursos se repete em quase todos os países que, como o Gabão, são ex-colônias francesas. 80 empresas francesas controlam a exploração e exportação de petróleo cru, do Gabão para a Europa e a China. Seus recursos minerais estão sob controle da companhia francesa Eramet, e resguardados militarmente por um destacamento do exército francês localizado no país.

O golpe no Gabão poderia parecer, inicialmente, que percorria a mesma trilha de um setor nacionalista dos exércitos africanos das ex-colônias francesas, que derrubaram governos eleitos subservientes ao imperialismo, e avançaram à ruptura dessas relações sob pressão da revolta instintiva das massas contra a opressão imperialista, e aproximação com a Rússia e China, como aconteceu em Burkina Faso, Guiné, Mali e Níger. As massas apoiaram imediatamente o golpe, talvez por estarem iludidas de que os golpistas seguiriam o caminho empregado pelos golpes naqueles países. Mas, depois de formado o “governo de transição”, os golpistas afirmaram que cumprirão todos os “*compromissos com os credores*”, *negociaram as movimentações de tropas estadunidenses*, e manterão a base militar francesa no país. Isso indica suas diferenças em relação aontemente do que aconteceu há pouco no Níger, comparece como uma medida ainda mais preventiva, visando a abortar revoltas populares no país, que possam vir a ameaçar os interesses imperialistas, recorrendo para isso à remoção pela força de um presidente profundamente odiado pelas massas, e que as levava a se insurgir contra o regime burguês semicolonial. De fato, o general Brice Oligui Nguema, que dirigiu o golpe

e é o atual chefe do governo militar, não apenas é o primo de Ondimba (e grande proprietário imobiliário nos EUA e na França), como foi o responsável pela repressão interna durante o governo anterior, dirigida contra opositores, lideranças sindicais e as lutas das massas.

Isso explica porque o imperialismo condenou em palavras o golpe, mas não chamou os restantes países africanos a boicotarem o governo golpista, nem se dedicou a preparar uma intervenção militar, como está fazendo para derrubar o golpe militar de conteúdo nacionalista no Níger. Tampouco se ouviu qualquer caracterização de “ditador”, dirigida ao presidente deposto, que rasgava a constituição, ao se apresentar para um terceiro mandato. Sequer criticou como “ditadura” a permanência de um clã familiar no poder do Estado (incluído ali o general Nguema) por mais de cinco décadas. Não fez nada disso, porque esse clã e seus governos sucessivos estavam sempre a serviço do imperialismo.

A inicial ilusão das massas no golpe começará se desfazer, quando comprovarem que o golpe apenas mudou a face do responsável por garantir os negócios imperialistas, e que a fração da burocacia estatal que centraliza hoje ditatorialmente o poder continua se enriquecendo, em meio ao mar da barbárie social. O que as obrigará a retomar a luta, os protestos e as manifestações. Isso favorecerá a formação da vanguarda com consciência de classe no seio dos movimentos e das lutas, que, de posse do programa e estratégia do proletariado, poderá ajudar as massas a assumirem as bandeiras da autodeterminação e independência nacional, expulsão e expropriação do imperialismo, estatizando sem indenização todas as riquezas do solo e subsolo, colocando-as sob controle de um governo operário e camponês. ●

ARGENTINA / O imperialismo alerta das consequências da dolarização para o país, às massas não interessa a saída burguesa à crise e sim erguer seu programa e estratégias próprias

As pesquisas indicam que, se as eleições no país se realizassem hoje, o candidato da situação, Sergio Massa, e Javier Milei, da ultradireita, concorrerão ao segundo turno. A possibilidade de Milei derrotar Massa é incerta, mas não improvável. É nesse quadro que se observa a intervenção de porta-vozes do imperialismo, avaliando as consequências (positivas e negativas) das medidas econômicas que proporia e aplicaria o ultradireitista, caso sua vitória viesse a acontecer. A principal que está em debate é a dolarização, que, aliás, está atrelada à redução do Estado para a mínima expressão na economia nacional.

Na edição nº 7 deste jornal (páginas 23 a 25), mostramos que a burguesia industrial e agroindustrial do país, assim como os latifundiários, tomaram uma posição de rejeição dessas medidas, porque afetariam seus lucros, e dificultariam a colaboração de classes, um instrumento necessário à “boa marcha” dos negócios capitalistas. Por outro lado, o papel do Estado como investidor de “última instância” para salvar seus negócios, a exemplo dos subsídios e medidas fiscais, lhes permitem a apropriação de parte dos lucros realizados mundialmente, embolsando a diferença entre os preços do mercado mundial e interno.

A essa declaração soma-se, agora, a do principal porta-voz do capital financeiro, *The Economist*, que afirmou em

nota recente que “o que o país precisa é de uma moratória, e não se dolarizar”. É um sinal de que não está nos planos da burguesia mundial compactuar totalmente com os planos “libertários” de Milei, mas de ajustá-los à da realidade do país e da situação econômica e política mundial.

É certo que *The Economist* vê com “bons olhos” os planos de Milei, quanto a reduzir o Estado e a importância da dolarização para controlar a inflação (113% interanual) e o déficit, ou reduzir as taxas de juros internos. Isto mesmo foi o que tornou “atraente” a setores da classe média arruinada e comercial, assim como dos trabalhadores, que votaram em Milei. A queda abismal do peso argentino perante o dólar norte-americano, de mais da metade apenas neste ano, tem aumentado assustadoramente os preços das mercadorias, reduzindo os pequenos lucros comerciais e destruindo o poder aquisitivo dos salários. Quanto às críticas ao “programa” de governo de Milei, *The Economist* repassa as consequências gerais que a dolarização trouxe politicamente para o Equador.

O que não disse esse porta-voz do capital financeiro mundial é a razão e o interesse material que o levou a “rejeitar” a dolarização e propor ao próximo governo “aceitar” como melhor opção uma moratória da dívida pública. A substituição do peso argentino pelo dólar norte-americano significa

não apenas desmontar o Banco Central, mas “reestruturar” de forma violenta a estrutura econômica e as relações erguidas no percurso histórico em poucos anos. Apesar de uma limitada industrialização (sempre atrelada aos interesses imperialistas, em maior ou menor grau), a dolarização significaria reduzi-la a sua mínima expressão. Em última instância, o que Milei exige da burguesia e latifundiários do país é que desistam de ter qualquer influência na distribuição da mais-valia nacional, e que se “contentem” com as migalhas que os monopólios darão. Daí a declaração que nos referimos no jornal nº 7. Em outros termos: que abandonem qualquer pretensão, por reduzida e limitada que possa ser perante a força do imperialismo, de contar com uma política monetária própria capaz de distribuir, com medidas fiscais, parte dos lucros realizados na produção social para suas mãos.

Dolarizar a Argentina significaria reduzir a economia nacional a sua mínima expressão e subordiná-la à economia e medidas norte-americanas. Romperia, ainda assim, as relações comerciais com a China, estabelecidas nos últimos anos e, portanto, cortaria uma fonte de bilionários investimentos sem ter em troca qualquer substituto a esses pelos EUA. E, ao atrelar as taxas de juros ao Federal Reserve dos EUA, se importariam para a Argentina as contradições e crises da economia norte-americana. É certo que a dolarização poderia funcionar como paliativo, se modificasse de forma “pacífica” as relações entre as frações da classe dominante nacional, garantindo-lhes uma participação na mais-valia produzida internamente. Mas, também o é que a dolarização, destruindo grande parte da indústria e reduzindo a economia nacional, acabaria afetando as vantagens do imperialismo de se apoiar em uma indústria “mais atrasada” e menos diversificada e tecnificada, que permite aos capitalistas equacionar a lei tendencial da queda da taxa dos lucros em seu país, e compensá-la com uma taxa de lucros mais elevada realizada internamente nas semi-colônias. Haveria, ainda, a possibilidade de novo default, após conquistadas as primeiras “vantagens” da dolarização (estabilidade fiscal, privatizações, etc.). Reduzida a economia e a capacidade orçamentária do Estado, poderia ter como efeito restringir os recursos recolhidos para pagar a dívida pública, ou equacionar as convulsões sociais com subsídios e investimentos sociais.

Milei é um admirador de Milton Friedman, em particular, de sua proposta de reduzir o Estado à mínima expressão, e impedir sua intervenção na economia, que deve ser deixada às leis do livre mercado. Essas ideias, porém, sequer são aplicadas nos EUA, referência idílica de Milei. O Estado norte-americano nunca deixou de intervir na economia, compensando, com suas medidas, as tendências destrutivas das “leis de mercado”. Por isso, salvou da quebra os bancos e indústrias, subsidiando seu funcionamento e estatizando suas perdas, em 2008. Sequer a burguesia norte-americana, a mais “liberal” de todas as frações imperialistas, desconhece que, às vezes, é melhor distribuir migalhas entre os pobres e miseráveis que os ver se insurgir em luta contra o regime burguês.

O exposto acima não esgota o problema, mas tem a vantagem de mostrar porque a burguesia mundial, na atual conjuntura, não acha a proposta de dolarizar a Argentina viável. O

problema que mais preocupa à burguesia mundial são os efeitos sociais dessa medida para sua dominação de classe. Ao dolarizar os preços, se reduzem os lucros da pequena burguesia, que se iria revoltar ao comprovar em sua própria carne que somente se acabou com a inflação interna, mas se “importou” a inflação dos EUA ao país, sem contar com os recursos de créditos e ajuda social que esse país pode aplicar para equacionar os conflitos sociais. O que a levaria a se radicalizar politicamente e a empurraria ao choque com o governo, destruindo sua função de colchão democrático da luta de classes. Por sua vez, as vantagens da dolarização para o proletariado e demais assalariados rapidamente se iriam desfazer, impulsionando uma nova alta da luta de classes em defesa das condições de vida. De fato, seus salários tiveram redução violenta de seu poder de compra nominal atual. Eis porque, ainda que pudesse ser vantajosa para os monopólios a dolarização, ao reduzir o preço da força de trabalho, alavancaria a luta reivindicatória em um país historicamente marcado pela radicalização do movimento grevista e social.

(...) importa aos operários e demais assalariados defender suas condições de vida e o poder de compra de seus salários e, assim, manter a reprodução de sua força de trabalho e sustentar sua família. Perante a burguesia e seus governos, deve defender o aumento imediato dos salários de acordo à escalada dos preços de alimentos, medicamentos, transporte, serviços, etc.

São as contradições da desagregação do capitalismo que fazem com que as vantagens imediatas de uma medida sejam logo negadas pelas consequências violentas de sua aplicação. O que se reflete nas posições de *The Economist*, que oscila entre ressaltar o “bom” para logo contrapor o “ruim” da proposta de dolarização. Quanto aos trabalhadores,

camponeses e a pequena burguesia, que foram arrastadas e serão arrastadas pela disputa inter-burguesa, lhes interessa compreender as reais consequências da política burguesa, e que não há diferenças de conteúdo de classe entre as propostas da situação nacional-reformista e da oposição ultradireitista. Com diferentes métodos e medidas, ambas as frações da política burguesa continuarão a desgraçá-los e afundá-los na miséria, enquanto crescerá a concentração de riqueza e luxo nas mãos de um punhado de capitalistas.

Nunca as massas exploradas devem apoiar qualquer partido burguês. Seria também estúpido acreditar que bastaria à vanguarda revolucionária “ocupar” o espaço dos votos de Milei ou de Massa, com esse ou aquele ajuste na retórica e programas eleitorais, para ajudar as massas a romper ideologicamente com eles. Não é no campo da retórica mais ou menos esquerizada da campanha eleitoral que os derrotará, mas a luta de classes. No que diz respeito ao problema da inflação, importa aos operários e demais assalariados defender suas condições de vida e o poder de compra de seus salários e, assim, manter a reprodução de sua força de trabalho e sustentar sua família. Perante a burguesia e seus governos, deve defender o aumento imediato dos salários de acordo à escalada dos preços de alimentos, medicamentos, transporte, serviços, etc. Ou seja: é de posse de seu programa de reivindicações próprias e lutado por ele com a ação direta para impô-las à burguesia e seus governos, que a classe operária e os trabalhadores se aproximam da estratégia revolucionária que lhes permitirá romper ideologicamente com a burguesia, e se abrirá o caminho para que a pequena burguesia abandone as soluções “mágicas”, compreendendo que sua salvação está nas mãos do proletariado erguido em classe independente. ●